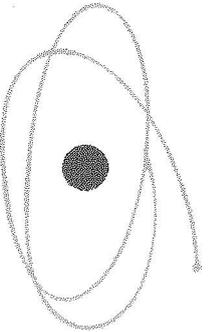


2



00000.000113/1985



C A P E S

011.4 – Conselho Deliberativo (CD) - 1982/1992

7ª Reunião

07/03/1985

pasta 7

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CONSELHO DELIBERATIVO

AGENDA DA VII REUNIÃO

07/03/85

1. PALAVRA DO PRESIDENTE
 2. LEITURA DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR
 3. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CAPES DE 1979 a 1984
 4. VALORES DE BOLSAS NO PAÍS E NO EXTERIOR EM 1985
 5. ORÇAMENTO DEFINIDO PARA 1985
 6. OUTROS ASSUNTOS
-

ATA DA VII REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR / CAPES

Aos sete dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e cinco, às dez horas, teve início a VII Reunião do Conselho Deliberativo da CAPES, sob a presidência do Prof. Hélio Guedes de Campos Barros. Estavam presentes os conselheiros Edson Machado de Sousa - Vice-Presidente do Colegiado, Edrízio Barbosa Pinto, Antônio Paes de Carvalho, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Marco César Meira Nasla uski, Antônio Hélio Guerra Vieira, Maurício Matos Peixoto e o Prof. José Duarte de Araújo - Diretor do CNPq. O presidente, abrindo a sessão, disse das dificuldades atuais e dos últimos anos e da necessidade de um posicionamento do Conselho Deliberativo na definição de novos rumos face às mudanças administrativas que ocorrerão com a posse do novo governo, tendo em vista ser ele o único setor estável na estrutura da CAPES. Afirmou sua expectativa de que os ventos de mudança não interfiram nos Programas atuais, que devem ser fortalecidos. O Prof. Edson, pedindo que os Conselheiros acompanhassem as explicações através do documento "Programas e Projetos da CAPES:1979 a 1984", deu rápidas informações sobre o período: 1) O Programa de Bolsas no País manteve quase estagnado o número de 7.000 bolsas e o de Bolsas no Exterior decresceu de 1.000 para 800, com valores bastante deteriorados. Referiu-se à recuperação do valor das bolsas no País:117% de aumento no 1º semestre de 1985, percentual que se for mantido nos próximos semestres daria um valor razoável no 1º semestre de 1986. Alertou, no entanto para o fato de que nada está definido para o futuro. 2) Sobre os auxílios, referiu-se ao Programa de Fomento - um "pronto-socorro" para a pós-graduação que não teve sequer, no período, uma correção monetária mas apenas as correções orçamentárias anuais. Sobre o Programa de Apoio à Infra-estrutura dos Cursos de Pós-graduação informou que houve um crescimento significativo do ponto de vista financeiro e orçamentário mas ainda não do ponto de vista das metas físicas. Em 1984, houve um déficit com o sistema da ordem de cinco bilhões de cruzeiros. O crescimento dos recursos para 1985 foi razoável mas ainda não satisfatório: o número ideal para o corrente ano seria 37 bilhões ao invés dos 23 previstos. 3) A Pós-graduação "lato sensu" ao longo do período teve um crescimento razoável tanto em número de programas apoiados como em recursos aplicados. Houve a introdução de bolsas para aperfeiçoamento e especializa

ção. 4) Com relação ao Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde/PAPPS a CAPES apoiou os esforços de integração das atividades docente-assistenciais na procura de novos modelos de ensino e de prestação de serviços. 5) Sobre o Programa Educação para a Ciência , com 47 projetos em andamento, houve o apoio a universidades, a secretarias de educação e a escolas de 1º grau nas iniciativas de melhoria de ensino de ciências. 6) Quanto à evolução dos Programas de Pós-graduação "stricto sensu" constatou-se, o aumento de 30% nos programas de doutorado de 1979 a 1984. Analisou-se a distribuição dos cursos do ponto de vista regional, percebendo-se que não houve melhoria quanto à disseminação da competência pelas diferentes regiões do País, mas também não aumentou a diferença já existente no início do período. Quanto às áreas do conhecimento continua o quadro inicial - predominância das Ciências Humanas e das Profissões da Saúde. O Prof. Edson sugeriu a análise dos gráficos e tabelas relacionados ao crescimento relativo dos programas por conceitos: os cursos A e B aumentaram sua participação no conjunto, os C diminuíram e os SC (sem conceito) aumentaram devido à inclusão dos cursos em fase de reformulação. O quadro geral, disse o Diretor Geral, é muito bom: 54% dos mestres e 59% dos doutorados na faixa de boa qualidade. A faixa dos cursos avaliados com "C" continua um desafio para a CAPES - devem receber apoio substancial para a sua completa consolidação. Os depoimentos dos consultores têm sido no sentido de que, apesar do volume de recursos do Programa de Consolidação ser pequeno, tem desempenhado um papel muito importante no desenvolvimento dos programas de pós-graduação. Após alguns comentários dos conselheiros, inclusive comparações de percentual de cursos, por área, e de bolsas no País e no Exterior, o Prof. Edson deu explicações - atendendo ao Prof. Maurício - sobre o Programa Especial de Treinamento/PET, lembrando que não visa despertar vocações para a pós-graduação, mas apoiar o estudante para fazer um bom curso de graduação e ser um bom profissional. A experiência e as avaliações muitas vezes tem levado a CAPES a fechar projetos e não a expandir o programa. O Prof. Hélio Barros informou que no seu início, o PET tinha o objetivo de estimular algumas áreas pouco desenvolvidas, como a Engenharia de Transportes, ou, áreas tradicionais como a do Direito. Concluiu dizendo que as dificuldades financeiras e de acompanhamento provocaram o desvirtuamento dos objetivos iniciais propostos. Em seguida o Prof. Edson fez comentários sobre o Programa de Tutoria à Distância - uma experiência autorizada pelo Conselho Federal da Educação/CFE. A CAPES não pretende oferecer outros cursos nesta metodologia, apenas se dispõe a apoiar as instituições que promoverem cursos de boa qualidade. Nesse sentido, a CAPES

sugeriu ao CFE que autorize as instituições a oferecerem, elas mesmas, os cursos "a distância". Respondendo ao Prof. Paes de Carvalho, o Prof. Hélio Barros afirmou que: a) o mestrado à distância nunca foi programa da CAPES, que sempre esteve muito contrária à iniciativa b) a queda do número de bolsistas em 1980 e 1981 tem como provável explicação a atual legislação do magistério. Em seguida, o Colegiado analisou os quadros relacionados aos auxílios institucionais. Em resposta ao Prof. Hélio Guerra o Prof. Edson explicou: a) que a CAPES não considera relevante exigir maior contrapartida francesa no acordo CAPES/COFECUB porque os bolsistas brasileiros iriam para a França, através da CAPES, independentemente do COFECUB; b) que os países de destino dos bolsistas não tem variado muito - os EUA, a Inglaterra e a França recebem 70% do total de brasileiros em treinamento no exterior. Concluindo os comentários sobre o Relatório de Atividades da CAPES - 1979 a 1984, o Prof. Edson fez referências ao COMUT, a partir de 1984 com apoio da FINEP, hoje um programa já consolidado com total sucesso; e, aos Programas Especiais do Acordo CAPES/KELLOGG o primeiro encerrado em 84 e o segundo - Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde, em execução. Com os esclarecimentos necessários e após alguns comentários dos Senhores Conselheiros, os números relativos às Bolsas no Exterior, às Bolsas no País e aos Auxílios Institucionais do ano de 1984 foram aprovados, com uma ressalva proposta pelo Prof. Edrízio e aceita pelo Colegiado de que se registrassem as consequências negativas da não liberação dos Encargos Gerais da União/EGU em apoio à infra-estrutura dos cursos de pós-graduação. O Prof. Paes de Carvalho considerou a não liberação citada como um ato que terá consequências trágicas em 1985: "a credibilidade do Programa ficou muito afetada", concluiu. A seguir o Prof. Edson referiu-se à moção dos Presidentes das comissões de Consultores no sentido de que fosse criado, ao lado do Conselho Deliberativo da CAPES, um Conselho Técnico Administrativo formado por membros da comunidade. Ao concluir a reunião, o Diretor Geral voltou à questão "Quadro de Pessoal da CAPES", relatando as providências tomadas no sentido de conseguir sua aprovação: primeiramente foi proposto um Quadro a partir do novo regimento do Órgão: em termos práticos novos DAS e novos DAIs. A Exposição de Motivos do DASP não foi, até o momento, assinada pelo Senhor Presidente da República uma vez que foi indevidamente para SEPLAN e de lá não saiu. Como segunda alternativa, foi proposta a Tabela de Especialistas calcada nos moldes da aprovada para a Secretaria de Tecnologia Industrial / STI, até hoje também retida na SEPLAN porque implica em acréscimo de gastos. Insistiu sobre a necessidade de se conseguir uma das saídas previstas como meio para viabilizar a continuidade do trabalho.

O Prof. Paes de Carvalho propôs ao Colegiado uma moção ressaltando o esforço feito pela administração da CAPES para manutenção do sistema. Pediu fossem registrados elogios e o apreço dos Conselheiros aos Profs. Edson Machado de Sousa e Hélió Guedes de Campos Barros pelo trabalho realizado à frente da CAPES. A proposta foi reforçada pelo Prof. Edrízio e aceita por unanimidade. Às treze horas o Presidente pediu ao Colegiado que estivesse atento para, em 1986, a escolha daqueles que seriam agraciados com o "Prêmio Anísio Teixeira", agradeceu a todos e encerrou a sessão. Para constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Brasília, sete de março de mil novecentos e oitenta e cinco.

Hélió Guedes de C. Barros
Presidente



Heloísa Helena de O. Lobo
Secretária "ad hoc"

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR/CAPES

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 07/84

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR/CAPES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, alínea VI do Regimento Interno da CAPES e de acordo com o pronunciamento favorável do Colegiado, em Sessão Plenária realizada em 20 de dezembro de 1984,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Grupo Técnico Consultivo (GTC) com as seguintes finalidades:

- I - realizar estudos e propor ações conjuntas dos órgãos nele representados, com o objetivo de assegurar a implementação da Política Nacional de Pós-Graduação, articulada com a Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- II - examinar os projetos de implantação de novos cursos de mestrado e doutorado no País, com o objetivo de recomendá-los para apoio pelos órgãos de fomento à pós-graduação.

Art. 2º - Integrarão o GTC:

- I - o Diretor de Programas da CAPES, na qualidade de seu Coordenador.
- II - representantes de órgãos, a nível de direção, cuja atuação mantenha interface com o sistema nacional de pós-graduação.

Parágrafo Único. Os órgãos que manterão representação no GTC serão indicados e convidados pelo Diretor-Geral da CAPES, assegurando ao GTC a melhor composição que atenda ao disposto no art. 1º desta Resolução. ■

Art. 3º . O GTC se reunirá, periodicamente, segundo calendário por ele definido e será administrativamente assistido por uma Secretaria-Executiva, cujas funções serão exercidas pela Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação da CAPES.

Art. 4º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 1984


HÉLIO GUEDES DE CAMPOS BARROS
PRESIDENTE

PRESIDENTES DE COMISSÕES DE CONSULTORES

ÁREA	NOME	INSTITUIÇÃO
ADMINISTRAÇÃO	SERGIO BAPTISTA ZACARELLI	USP
ANTROPOLOGIA	EUNICE RIBEIRO DURHAN	USP
ARTES/COMUNICAÇÃO	LUCRÉCIA D'ALÉSSIO FERRARA	PUC/SP
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO	USP/ESALQ
CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	EDUARDO MOACIR KRIEGER	USP/FMRP
CIÊNCIA POLÍTICA	OLAVO BRASIL DE LIMA JUNIOR	IUPERJ
DIREITO	SERGIO FERRAZ	OAB/RJ
ECONOMIA	EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES	UFRJ
EDUCAÇÃO	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	UFMG
ENGENHARIAS	ARNO BLASS	UFSC
FILOSOFIA/TEOLOGIA	BALTHAZAR BARBOSA FILHO	UNICAMP
FÍSICA/ASTRONOMIA	SYLVIO GOULART ROSA JUNIOR	USP/IFQSCar
GEOCIÊNCIAS/GEOGRAFIA	BENJAMIN BLEY DE BRITO NEVES	UFPE
HISTÓRIA	HAMILTON DE MATTOS MONTEIRO	UnB
INFORMÁTICA	NÍVIO ZIVIANI	UFMG
LETRAS/LINGÜÍSTICA	MARY AIZAWA KATO	PUC/SP
MATEMÁTICA/ESTATÍSTICA	JOÃO LUCAS MARQUES BARBOSA	UFC
MEDICINA/NUTRIÇÃO	LÉA FERREIRA CAMILLO-COURA	UFRJ
ODONTOLOGIA	DÉCIO RODRIGUES MARTINS	USP/FOB
PROF. AGRO-INDUSTRIAIS	ANTONIO FERNANDO DE MAGALHÃES	UFPR
PSICOLOGIA	CAROLINA MARTUSCHELLI BORI	USP
QUÍMICA/FARMÁCIA	ALAÍDE BRAGA DE OLIVEIRA	UFMG
SOCIOLOGIA	VILMA DE MENDONÇA FIGUEIREDO	UnB

PRESIDENTES DE COMISSÕES DE CONSULTORES

NOME	ÁREA	INSTITUIÇÃO
ALAIDE BRAGA DE OLIVEIRA	Química/Farmácia	UFMG
ANTONIO FERNANDO DE MAGALHÃES	Profissões Agro-Industriais	UFRPE
ARNO BLASS	Engenharias	UFSC
BALTHAZAR BARBOSA FILHO	Filosofia/Teologia	UNICAMP
BENJAMIN BLEY DE BRITO NEVES	Geociências/Geografia	UFPE
CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	Educação	UFMG
CAROLINA MARTUSCHELLI BORI	Psicologia	USP
DÉCIO RODRIGUES MARTINS	Odontologia	USP/FOB
EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES	Economia	UFRJ
EDUARDO MOACIR KRIEGER	Ciências Fisiológicas	USP/FMRP
EUNICE RIBEIRO DURHAN	Antropologia	USP
HAMILTON DE MATTOS MONTEIRO	História	UnB
JOÃO LUCAS MARQUES BARBOSA	Matemática/Estatística	UFC
JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO	Ciências Biológicas	USP/ESALQ
LÉA FERREIRA CAMILLO-COURA	Medicina/Nutrição	UFRJ
LUCRÉCIA D'ALÉSSIO FERRARA	Artes/Comunicação	PUC/SP
MARY AIZAWA KATO	Letras/Linguística	PUC/SP
NÍVIO ZIVIANI	Informática	UFMG
OLAVO BRASIL DE LIMA JÚNIOR	Ciência Política	IUPERJ
SERGIO BAPTISTA ZACARELLI	Administração	USP
SERGIO FERRAZ	Direito	OAB/RJ
SYLVIO GOULART ROSA JUNIOR	Física/Astronomia	USP/IFQSCar
VILMA DE MENDONÇA FIGUEIREDO	Sociologia	UnB

ATÉ 28.02.85

FONTE 00-1521

DISCRIMINAÇÃO	ORÇ. INICIAL	CONVENÇÃO	SUB-TOTAL	CREDITO SUPLE - MENTAR(SOLICITADO)	TOTAL
<u>MANUTENÇÃO DA CAPES</u>	<u>1.332.600.000</u>	<u>69.450.000</u>	<u>1.263.150.000</u>		<u>1.263.150.000</u>
Pessoal	869.600.000	-	869.600.000		869.600.000
Vencimentos	643.500.000	-	643.500.000		643.500.000
Despesas Variaveis	82.500.000	-	82.500.000		82.500.000
Obrigações Patronais	141.900.000	-	141.900.000		141.900.000
Salário Família	1.700.000	-	1.700.000		1.700.000
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>463.000.000</u>	<u>69.450.000</u>	<u>393.550.000</u>		<u>393.550.000</u>
Material de Consumo	40.000.000	6.000.000	34.000.000		34.000.000
Rem. de Serv. Pessoais	150.000.000	22.500.000	127.500.000		127.500.000
Outros Serv. e Encargos	273.000.000	40.950.000	232.050.000		232.050.000
Apoio Inst. e Fomento aos Cursos de Pós.Graduação					
<u>AUXÍLIOS</u>	<u>1.863.000.000</u>	<u>279.450.000</u>	<u>1.583.550.000</u>	<u>1.388.144.000</u>	<u>2.971.694.000</u>
Custeio	<u>1.676.700.000</u>	<u>251.505.000</u>	<u>1.425.195.000</u>	<u>1.249.300.000</u>	<u>2.674.495.000</u>
Federal	536.600.000	80.490.000	456.110.000	399.800.000	855.910.000
Estadual	134.100.000	20.115.000	113.985.000	99.900.000	213.885.000
Particular	1.006.000.000	150.900.000	855.100.000	749.600.000	1.604.700.000
Capital	186.300.000	27.945.000	158.355.000	138.844.000	297.199.000
Federal	68.900.000	10.335.000	58.565.000	51.300.000	109.865.000
Estadual	6.500.000	975.000	5.525.000	4.900.000	10.425.000
Particular	110.900.000	16.635.000	94.265.000	82.644.000	176.909.000
Desenv. Cient. e Formação de Rec. Humanos					
<u>BOLSAS DE ESTUDO</u>	<u>65.712.100.000</u>	<u>9.856.815.000</u>	<u>55.855.285.000</u>	<u>59.312.970.000</u>	<u>115.168.255.000</u>
Cruzeiros	34.221.600.029	9.856.815.000	24.364.785.029	59.312.970.000	83.677.755.029
Dólar					
Bolsa (US\$ 8,625,000.00 X 3.244)	27.979.500.000	-	27.979.500.000	-	27.979.500.000
Passagem(US\$ 979,358.43X 3.585)	3.510.999.971	-	3.510.999.971	-	3.510.999.971
T O T A L	68.907.700.000	10.205.715.000	58.701.985.000	60.701.114.000	119.403.099.000

ATÉ 28.02.85

FONTE 00 1521

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO	EMPENHADO	PAGO	A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO (DISPONÍVEL)
<u>MANUTENÇÃO DA CAPES</u>	<u>1.332.600.000</u>	<u>1.103.499.767</u>	<u>253.994.089</u>	<u>849.505.678</u>	<u>229.100.233</u>
<u>PESSOAL</u>	<u>869.600.000</u>	<u>807.754.203</u>	<u>208.203.873</u>	<u>599.550.330</u>	<u>61.845.797</u>
Vencimentos	643.500.000	643.500.000	167.265.845	476.234.155	-
Despesas Variáveis	82.500.000	20.654.203	5.049.630	15.604.573	61.845.797
Obrigações Patronais	141.900.000	141.900.000	35.548.098	106.351.902	-
Salário Família	1.700.000	1.700.000	340.300	1.359.700	-
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>463.000.000</u>	<u>295.745.564</u>	<u>45.790.216</u>	<u>249.955.348</u>	<u>167.254.436</u>
Material de Consumo	40.000.000	7.292.000	1.300.800	5.991.200	32.708.000
Rem. de Serv. Pessoais	150.000.000	50.000.000	11.471.250	38.528.750	100.000.000
Outros Serv. e Encargos	273.000.000	238.453.564	33.018.166	205.435.398	34.546.436
Apoio Inst. e Fomento aos Cursos de Pós Graduação					
<u>AUXÍLIOS</u>	<u>1.863.000.000</u>	<u>134.000.000</u>	<u>88.000.000</u>	<u>46.000.000</u>	<u>1.729.000.000</u>
<u>Custeio</u>	<u>1.676.700.000</u>	<u>134.000.000</u>	<u>88.000.000</u>	<u>46.000.000</u>	<u>1.542.700.000</u>
Federal	536.600.000	36.000.000	8.000.000	28.000.000	500.600.000
Estadual	134.100.000	8.000.000	-	8.000.000	126.100.000
Particular	1.006.000.000	90.000.000	80.000.000	10.000.000	916.000.000
<u>Capital</u>	<u>186.300.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>186.300.000</u>
Federal	68.900.000	-	-	-	68.900.000
Estadual	6.500.000	-	-	-	6.500.000
Particular	110.900.000	-	-	-	110.900.000
Desenvolvimento Cient. e Form. de Recursos Humanos					
<u>BOLSAS DE ESTUDO</u>	<u>65.712.100.000</u>	<u>38.958.206.571</u>	<u>6.039.963.853</u>	<u>32.918.242.718</u>	<u>26.753.893.429</u>
<u>Pais</u>	<u>31.468.300.029</u>	<u>4.714.406.600</u>	<u>4.683.156.600</u>	<u>31.250.000</u>	<u>26.753.893.429</u>
<u>EXTERIOR</u>	<u>34.243.799.971</u>	<u>34.243.799.971</u>	<u>1.356.807.253</u>	<u>32.886.992.718</u>	<u>-</u>
Despesas no Exterior -Bolsas (US\$ 8,625,000. X 3.244)	27.979.500.000	27.979.500.000	1.230.556.252	26.748.943.748	-
Despesas no Exterior -Passagem (US\$ 979,358.43 X 3.585)	3.510.999.971	3.510.999.971	-	3.510.999.971	-
Despesas no Pais	2.128.300.000	2.128.300.000	79.420.136	2.048.879.864	-
PVE	625.000.000	625.000.000	46.830.865	578.169.135	-
T O T A L	68.907.700.000	40.195.706.338	6.381.957.942	33.813.748.396	28.711.993.662

))

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

ATÉ 28.02.85

FONTE 50 - 1516 (SEED)

D I S C R I M I N A Ç Ã O	ORÇAMENTO	EMPENHADO	PAGO	A PAGAR	SALDO ORÇAMEN- TARIO (DISPONIVEL)
Apoio ao Desenv. do Desporto Estudantil <u>ADMINISTRAÇÃO</u> Outros Serv. e Encargos	50.000.000	-	-	-	50.000.000
T O T A L	50.000.000	-	-	-	50.000.000

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO E ORÇAMENTARIO

) ATÉ 28.02.85)

FONTE 00 1521

D I S C R I M I N A Ç Ã O	ORÇAMENTO	EMPENHADO	PAGO	A PAGAR	SALDO ORÇAMENTARIO (DISPONIVEL)
<u>MANUTENÇÃO DA CAPES</u>	1.332.600.000	1.103.499.767	253.994.089	849.505.678	229.100.233
<u>PESSOAL</u>	869.600.000	807.754.203	208.203.873	599.550.330	61.845.797
Vencimentos	643.500.000	643.500.000	167.265.845	476.234.155	-
Despesas Variáveis	82.500.000	20.654.203	5.049.630	15.604.573	61.845.797
Obrigações Patronais	141.900.000	141.900.000	35.548.098	106.351.902	-
Salário Família	1.700.000	1.700.000	340.300	1.359.700	-
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	463.000.000	295.745.564	45.790.216	249.955.348	167.254.436
Material de Consumo	40.000.000	7.292.000	1.300.800	5.991.200	32.708.000
Rem. de Serv. Pessoais	150.000.000	50.000.000	11.471.250	38.528.750	100.000.000
Outros Serv. e Encargos	273.000.000	238.453.564	33.018.166	205.435.398	34.546.436
Apoio Inst. e Fomento aos Cursos de Pós Graduação					
<u>AUXÍLIOS</u>	1.863.000.000	134.000.000	88.000.000	46.000.000	1.729.000.000
<u>Custeio</u>	1.676.700.000	134.000.000	88.000.000	46.000.000	1.542.700.000
Federal	536.600.000	36.000.000	8.000.000	28.000.000	500.600.000
Estadual	134.100.000	8.000.000	-	8.000.000	126.100.000
Particular	1.006.000.000	90.000.000	80.000.000	10.000.000	916.000.000
<u>Capital</u>	186.300.000	-	-	-	186.300.000
Federal	68.900.000	-	-	-	68.900.000
Estadual	6.500.000	-	-	-	6.500.000
Particular	110.900.000	-	-	-	110.900.000
Desenvolvimento Cient. e Form. de Recursos Humanos					
<u>BOLSAS DE ESTUDO</u>	65.712.100.000	38.958.206.571	6.039.963.853	32.918.242.718	26.753.893.429
<u>Pais</u>	31.468.300.029	4.714.406.600	4.683.156.600	31.250.000	26.753.893.429
<u>EXTERIOR</u>	34.243.799.971	34.243.799.971	1.356.807.253	32.886.992.718	-
Despesas no Exterior -Bolsas (US\$ 8,625,000. X 3.244)	27.979.500.000	27.979.500.000	1.230.556.252	26.748.943.748	-
Despesas no Exterior -Passagem (US\$ 979,358.43 X 3.585)	3.510.999.971	3.510.999.971	-	3.510.999.971	-
Despesas no Pais	2.128.300.000	2.128.300.000	79.420.136	2.048.879.864	-
PVE	625.000.000	625.000.000	46.830.865	578.169.135	-
T O T A L	68.907.700.000	40.195.706.338	6.381.957.942	33.813.748.396	28.711.993.662

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO

ATÉ 28.02.85

FONTE 00-1521

DISCRIMINAÇÃO	ORÇ. INICIAL	CONVENÇÃO	SUB-TOTAL	CREDITO SUPLE - MENTAR(SOLICITADO)	TOTAL
<u>MANUTENÇÃO DA CAPES</u>	<u>1.332.600.000</u>	<u>69.450.000</u>	<u>1.263.150.000</u>		<u>1.263.150.000</u>
Pessoal	869.600.000	-	869.600.000		869.600.000
Vencimentos	643.500.000	-	643.500.000		643.500.000
Despesas Variaveis	82.500.000	-	82.500.000		82.500.000
Obrigações Patronais	141.900.000	-	141.900.000		141.900.000
Salário Família	1.700.000	-	1.700.000		1.700.000
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>463.000.000</u>	<u>69.450.000</u>	<u>393.550.000</u>		<u>393.550.000</u>
Material de Consumo	40.000.000	6.000.000	34.000.000		34.000.000
Rem. de Serv. Pessoais	150.000.000	22.500.000	127.500.000		127.500.000
Outros Serv. e Encargos	273.000.000	40.950.000	232.050.000		232.050.000
Apoio Inst. e Fomento aos Cursos de Pós.Graduação					
<u>AUXÍLIOS</u>	<u>1.863.000.000</u>	<u>279.450.000</u>	<u>1.583.550.000</u>	<u>1.388.144.000</u>	<u>2.971.694.000</u>
Custeio	<u>1.676.700.000</u>	<u>251.505.000</u>	<u>1.425.195.000</u>	<u>1.249.300.000</u>	<u>2.674.495.000</u>
Federal	536.600.000	80.490.000	456.110.000	399.800.000	855.910.000
Estadual	134.100.000	20.115.000	113.985.000	99.900.000	213.885.000
Particular	1.006.000.000	150.900.000	855.100.000	749.600.000	1.604.700.000
Capital	<u>186.300.000</u>	<u>27.945.000</u>	<u>158.355.000</u>	<u>138.844.000</u>	<u>297.199.000</u>
Federal	68.900.000	10.335.000	58.565.000	51.300.000	109.865.000
Estadual	6.500.000	975.000	5.525.000	4.900.000	10.425.000
Particular	110.900.000	16.635.000	94.265.000	82.644.000	176.909.000
Desenv. Cient. e Formação de Rec. Humanos					
<u>BOLSAS DE ESTUDO</u>	<u>65.712.100.000</u>	<u>9.856.815.000</u>	<u>55.855.285.000</u>	<u>59.312.970.000</u>	<u>115.168.255.000</u>
Cruzeiros	34.221.600.029	9.856.815.000	24.364.785.029	59.312.970.000	83.677.755.029
Dólar					
Bolsa (US\$ 8,625,000.00 X 3.244)	27.979.500.000	-	27.979.500.000	-	27.979.500.000
Passagem(US\$ 979,358.43 X 3.585)	3.510.999.971	-	3.510.999.971	-	3.510.999.971
T O T A L	68.907.700.000	10.205.715.000	58.701.985.000	60.701.114.000	119.403.099.000

))
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

ATÉ 28.02.85

FONTE 00 - 2802 - (EGU)

D I S C R I M I N A Ç Ã O	ORÇAMENTO	A EMPENHAR /84
Apoio Institucional e Fomento aos Cursos de Pós-Graduação		
<u>AUXÍLIOS</u>		
<u>Custeio</u>	<u>4.275.500.000</u>	<u>4.275.500.000</u>
Federal	3.094.735.000	3.094.735.000
Estadual	892.952.000	892.952.000
Particular	287.813.000	287.813.000
<u>Capital</u>	<u>754.500.000</u>	<u>754.500.000</u>
Federal	546.072.000	546.072.000
Estadual	157.550.000	157.550.000
Particular	50.878.000	50.878.000
T O T A L	5.030.000.000	5.030.000.000

BOLSA NO EXTERIOR

1983

VIGÊNCIA: JULHO/83

		Bolsa Básica Solteiro	Cônjuge 50%	1 Filho 25%	2 Filhos 15%	3 Filhos 10%
SEM SALÁRIO		700	1,050	1,225	1,330	1,400
até Cr\$ 839.289,00	até 1/2 Salário Prof. Auxiliar 4	600	900	1,050	1,140	1,200
De Cr\$ 839.289,00 até Cr\$ 1,678.579,00	1/2 salário Prof. Auxiliar 4 até um salário Prof. Auxiliar 4	500	750	875	950	1,000
De Cr\$ 1,678.579,00 até Cr\$ 2.343.207,00	acima Prof. Auxiliar 4 até Prof. Assistente 4	400	600	700	760	800
Acima de Cr\$ 2.343.207,00	acima Prof. Assistente 4 (Adjunto + Titular)	300	450	525	570	600

Para os bolsistas que se destinam à Suécia, Japão, Suíça e às cidades de Londres, grande Paris, Bruxelas, Viena, Oslo, Haia, Copenhagen e New York, haverá um acréscimo de US\$ 70.

Para os de Pós-Doutorado, acrescentar US\$ 360

*Apenas na pasta do
Dr Helio e Dr Edson*

RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS EGU/1984 NÃO EMPENHADOS

CONVÊNIO	ENTIDADE	VALOR
PI-154	UFPB	187.919.000
PI-155	UFPE	249.619.000
PI-156	UFPE	40.975.000
PI-160	UFRRJ	178.875.000
PI-162	IME	43.648.000
PI-164	UFMG	685.072.000
PI-165	FUF.VIÇOSA	589.317.000
PI-168	FUFSCar	175.250.000
PI-169	ITA	94.143.000
PI-171	UFPR	261.447.000
PI-181	USP	1.030.922.000
PI-194	IUPERJ	21.934.000
PI-196	FGV	43.538.000
PI-199	IMES	30.356.000
PI-256	PUC/RJ	37.343.000
PI-280	IME	17.759.000
PI-281	EPM	21.677.000
PI286	PUC/RJ	19.078.000
PI-287	PUC/CAMPINAS	8.678.000
PI-288	PUC/RS	12.047.000
PI-304	USP	38.064.000
PI-305	USP/FORP	7.672.000
PI-306	ESALQ	6.376.000
* PI-311	PUC/RJ	41.502.000
PI-312	PUC/RS	4.593.000
* PI-313	PUC/CAMPINAS	2.453.000
PI-314	UGF	6.774.000
PI-315	PUC/SP	17.489.000
PI-316	FGV	11.022.000
PI-317	UFRRJ	30.319.000
PI-391	FCAPA	14.768.000

fls 02

<u>CONV.</u>	<u>ENTIDADE</u>	<u>VALOR</u>
PI-392	UFPA	6.423.000
PI-394	UFRGN	42.722.000
PI-310	USP	13.679.000
PI-395	UFPB	95.775.000
PI-396	UFPE	66.413.000
PI-397	UFRPE	24.121.000
PI-398	UFBA	35.633.000
PI-399	UFRJ	149.945.000
PI-401	UFF	81.166.000
PI-402	UFMG	50.805.000
PI-403	EFEI	4.095.000
PI-404	ESAL	10.672.000
PI-407	IME	11.333.000
PI-408	EPM	56.010.000
PI-411	UFRS	66.709.000
PI-412	UFMS	41.284.000
PI-413	FUFPEL	55.696.000
PI-414	FURG	8.569.000
PI-415	UFGO	10.654.000
PI-416	FUB	49.533.000
PI-417	UFBA	11.470.000
PI-420	ABEM	30.000.000
PI-424	ACAFE	5.673.000
PI-425	CNPq/INPA	62.413.000
PI-427	UFPR	51.264.000
PI-428	UFCE	31.480.000
PI-430	FUFVigosa	26.290.000
T O T A L		5.030.456.000

Versão Preliminar

"Relatório CAPES - 1979 a 1984"

1 - INTRODUÇÃO

MINISTRA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- Esther de Figueiredo Ferraz

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Hélio Guedes de Campos Barros

DIRETOR GERAL DA CAPES

- Edson Machado de Sousa

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

- Domingos Vieira Gomes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PROGRAMAS E PROJETOS DA CAPES:
1979 a 1984

BRASÍLIA, FEVEREIRO DE 1985

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. COORDENAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	5
2.1 - POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	6
2.2 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	19
3. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	28
3.1 - BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS.....	29
3.2 - PROGRAMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU".....	31
3.3 - BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR.....	33
4. AÇÕES DE FOMENTO.....	38
4.1 - AUXÍLIOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	39
4.2 - COOPERAÇÃO TÉCNICA NACIONAL.....	41
4.3 - COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL.....	42
5. PROGRAMA DE PROJETOS ESPECÍFICOS.....	60
5.1 - PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO.....	61
5.2 - PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIA.....	64
5.3 - PROJETO CAPES/ODONTOLOGIA: DOCÊNCIA E SERVIÇOS.....	65
5.4 - PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE (PAPPS).....	70
5.5 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	73
5.6 - PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA (COMUT).....	75

INTRODUÇÃO

Programas e Projetos da CAPES: 1979 a 1984 apresenta, numa descrição sintética, a caracterização e o desempenho de suas diversas unidades. Os eventos registrados encontram-se agrupados em quatro áreas de atuação: Coordenação da Pós-Graduação, Formação de Recursos Humanos, Ação de Fomento e Programas e Projetos Específicos.

Para facilitar a leitura, dentro de cada módulo foi adotada a seguinte organização: descrição sumariada dos principais programas e projetos, apresentação de tabelas estatísticas.

Conforme pode ser observado pelos dados quantitativos, a CAPES sempre manteve sua principal responsabilidade e vocação: apoiar a qualificação de recursos humanos de alto nível. Paralelamente, o período de 1979 a 1984 é balizado, de um lado, pelo I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), o que refletiu-se na existência de projetos de cunho setorial e regional, e, de outro, pelo II PNPG, cuja principal consequência na ação da CAPES é a implantação do Programa de Apoio à Manutenção da Infra-Estrutura de Pós-Graduação.

Além disso, a crescente consolidação do processo de avaliação da pós-graduação brasileira, iniciado pela CAPES em 1976, permitiu seu envolvimento em dois projetos decorrentes de convênios internacionais. O primeiro deles refere-se a uma pesquisa sobre cursos de pós-graduação na América Latina, desenvolvida sob o patrocínio do CRESALC (Centro Regional para a Educação Superior na América Latina e Caribe), órgão da UNESCO, abrangendo os seguintes países: Brasil, México, Colômbia e Venezuela. Pelos termos do segundo projeto, com financiamento do PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a CAPES realizará a avaliação dos centros de pós-graduação em dez países, dos quais, no ano de 1983, já foram estabelecidos os termos de cooperação com os seguintes: Suécia, Holanda, Bélgica, Suíça e Espanha.

Finalmente, cabe ressaltar que, como é do conhecimento geral, o ano de 1984 foi, como o 1983, marcado por certas dificuldades financeiras dos órgãos públicos, das quais a CAPES não esteve isenta. Todavia, tanto quanto possível, as atividades-fins foram preservadas, manifestando-se efeitos mais sensíveis nas atividades-meio, as quais foram objeto de vários ajustes internos. O principal efeito negativo decorreu, porém, de dificuldades na liberação dos recursos.

2 - COORDENAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

2.1. POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

A CAPES é responsável pela elaboração, execução e acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), documento que consubstancia a política do Ministério da Educação e Cultura para a área de pós-graduação. Ao definir a política, a CAPES estabelece objetivos, prioridades e diretrizes que constituem pontos de balizamento para a pós-graduação. Exerce, por conseguinte, uma função de coordenação do sistema. Esta coordenação, porém, em nenhum momento refere-se ao aspecto normativo da pós-graduação, cuja competência cabe ao Conselho Federal de Educação.

. O II Plano Nacional de Pós-Graduação

- O II PNPG, aprovado pelo Decreto nº 87.814, de 16/11/82, está harmonizado com as orientações emanadas do III Plano Nacional de Desenvolvimento e com as indicações do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O objetivo central do II PNPG consiste na formação de recursos humanos qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as modalidades, e técnicas, visando atender às demandas dos setores público e privado.
- O documento constitui-se das seguintes partes: premissas básicas da política nacional de pós-graduação; análise dos principais problemas da pós-graduação; definição do papel da pós-graduação no contexto nacional; apresentação dos objetivos básicos; descrição das principais diretrizes e prioridades.
- Três objetivos básicos são fixados pelo II PNPG: (a) qualidade, manifestada seja nos profissionais formados, seja nas pesquisas realizadas. O conjunto de dispositivos do Plano tem como meta o aumento qualitativo do desempenho do sistema de pós-graduação como um todo, contemplando em especial o acionamento de mecanismos de acompanhamento e avaliação; (b) adequação do sistema de pós-graduação às necessidades reais e futuras do País; (c) coordenação entre as diversas instâncias governamentais que atuam na área de pós-graduação, contemplando a elaboração e implementação de novos mecanismos institucionais de entrosamento entre as agências, bem como a ampliação e dinamização dos já existentes.

. Evolução do Sistema de Pós-Graduação

- A década de 70 foi marcada por um crescimento acentuado do número de cursos de pós-graduação no País. Na atualidade, o ritmo deste crescimento atenuou-se; o sistema de cursos já cobre a maioria das especialidades de cada área do conhecimento, ao nível de mestrado, e o desenvolvimento mais visível ocorre na oferta de cursos de doutorado.
- As Tabelas de nºs 1 a 5 apresentam, respectivamente, o total de cursos de pós-graduação do País, por área do conhecimento e nível, durante o período de 1979 a 1983.
- De acordo com os dados os cursos de mestrado passaram de 717 em 1979 para 807 em 1983, crescendo 12,5% no período, enquanto os cursos de doutorado passaram de 257 para 335, no mesmo período, representando um crescimento de 30,3%. (Gráfico I)
- A distribuição relativa dos cursos - seja de mestrado, seja de doutorado, segundo as áreas do conhecimento ou segundo as regiões do País, não apresenta qualquer alteração significativa, indicando uma situação estabilizada sob esse aspecto. (razão pela qual são apresentados apenas os dados referentes a 1983). (Gráficos II, III, IV, V e VI).

TABELA 1: Total Geral dos Cursos de Pós-Graduação, por Área do Conhecimento, segundo Região e Nível, em 1979

ÁREAS	REGIÕES										TOTAL	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		M	D
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Artes	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	
Ciências Biológicas	4	3	9	-	47	30	14	3	2	-	76	36
Profissões da Saúde	-	-	17	-	117	64	18	1	2	-	154	65
Ciências Exatas	1	1	18	2	65	44	8	2	6	1	98	50
Engenharias	-	-	11	1	63	29	9	-	1	-	84	30
Ciências Humanas e Sociais	1	-	20	-	71	24	14	1	7	-	113	25
Profissões Sociais	-	-	12	-	66	35	12	1	10	-	100	36
Profissões Agro-Industriais	-	-	17	-	55	15	18	-	1	-	91	15
TOTAL	6	4	104	3	485	241	93	8	29	1	717	257

TABELA 2: Total Geral dos Cursos de Pós-Graduação, por Área do Conhecimento, segundo Região e Nível, em 1980

ÁREAS	REGIÕES										TOTAL	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		M	D
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Artes	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1
Ciências Biológicas	4	3	10	1	45	33	14	3	2	-	75	40
Profissões da Saúde	-	-	17	-	116	65	17	1	2	-	152	66
Ciências Exatas	1	1	18	2	67	46	-	-	6	1	92	50
Engenharias	-	-	11	1	59	31	8	-	1	-	79	32
Ciências Humanas e Sociais	1	-	24	-	99	48	21	2	11	-	156	50
Profissões Sociais	-	-	9	-	37	18	7	-	6	-	59	18
Profissões Agro-Industriais	-	-	17	-	51	13	18	-	1	-	87	13
T O T A L	6	4	106	4	476	255	85	6	29	1	702	270

TABELA 3: Total Geral dos Cursos de Pós-Graduação, por Área do Conhecimento, segundo Região e Nível, em 1981

ÁREAS	REGIÕES										TOTAL	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		M	D
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Artes	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1
Ciências Biológicas	4	3	11	1	46	35	14	3	3	-	78	42
Profissões da Saúde	-	-	17	-	123	70	17	1	2	-	159	71
Ciências Exatas	1	1	19	3	69	48	8	2	6	1	103	55
Engenharias	-	-	11	1	59	32	8	1	1	-	79	34
Ciências Humanas e Sociais	1	-	27	-	113	49	26	2	11	1	178	52
Profissões Sociais	-	-	10	-	38	19	7	-	6	-	61	19
Profissões Agro-Industriais	-	-	14	-	51	14	16	-	1	-	82	14
T O T A L :	6	4	109	5	501	268	96	9	30	2	742	288

TABELA 4: Total Geral dos Cursos de Pós-Graduação, por Área do Conhecimento, segundo Região e Nível, em 1982

ÁREAS	REGIÕES										TOTAL	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		M	D
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Artes	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	3	1
Ciências Biológicas	4	3	12	-	48	32	16	3	3	-	83	38
Profissões da Saúde	-	-	18	-	137	70	17	1	2	-	174	71
Ciências Exatas	1	-	19	-	64	42	9	2	7	1	100	45
Engenharias	-	-	12	2	62	34	8	1	1	-	83	37
Ciências Humanas e Sociais	1	-	29	1	108	52	25	3	11	1	174	57
Profissões Sociais	-	-	9	-	39	18	8	-	6	-	62	18
Profissões Agro-Industriais	-	-	14	-	54	16	18	2	1	-	87	18
T O T A L	6	3	113	3	515	265	101	12	31	2	766	285

TABELA 5: Total Geral dos Cursos de Pós-Graduação, por Área do Conhecimento, segundo Região e Nível, em 1983

ÁREAS	REGIÕES										TOTAL	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		M	D
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Artes	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	3	1
Ciências Biológicas	4	3	12	1	52	39	15	3	3	-	86	46
Profissões da Saúde	-	-	19	-	148	88	19	2	3	-	189	90
Ciências Exatas	1	1	19	3	68	45	10	3	6	1	104	53
Engenharias	-	-	13	1	67	40	8	1	1	-	89	42
Ciências Humanas e Sociais	1	-	30	1	112	61	28	3	11	2	182	67
Profissões Sociais	1	-	12	-	31	13	8	1	6	-	58	14
Profissões Agro-Industriais	1	-	14	-	61	21	19	1	1	-	96	22
T O T A L	8	4	119	6	542	308	107	14	31	3	807	335

GRÁFICO I: Evolução Quantitativa dos Programas de Mestrado e Doutorado,
no Período de 1979 a 1983

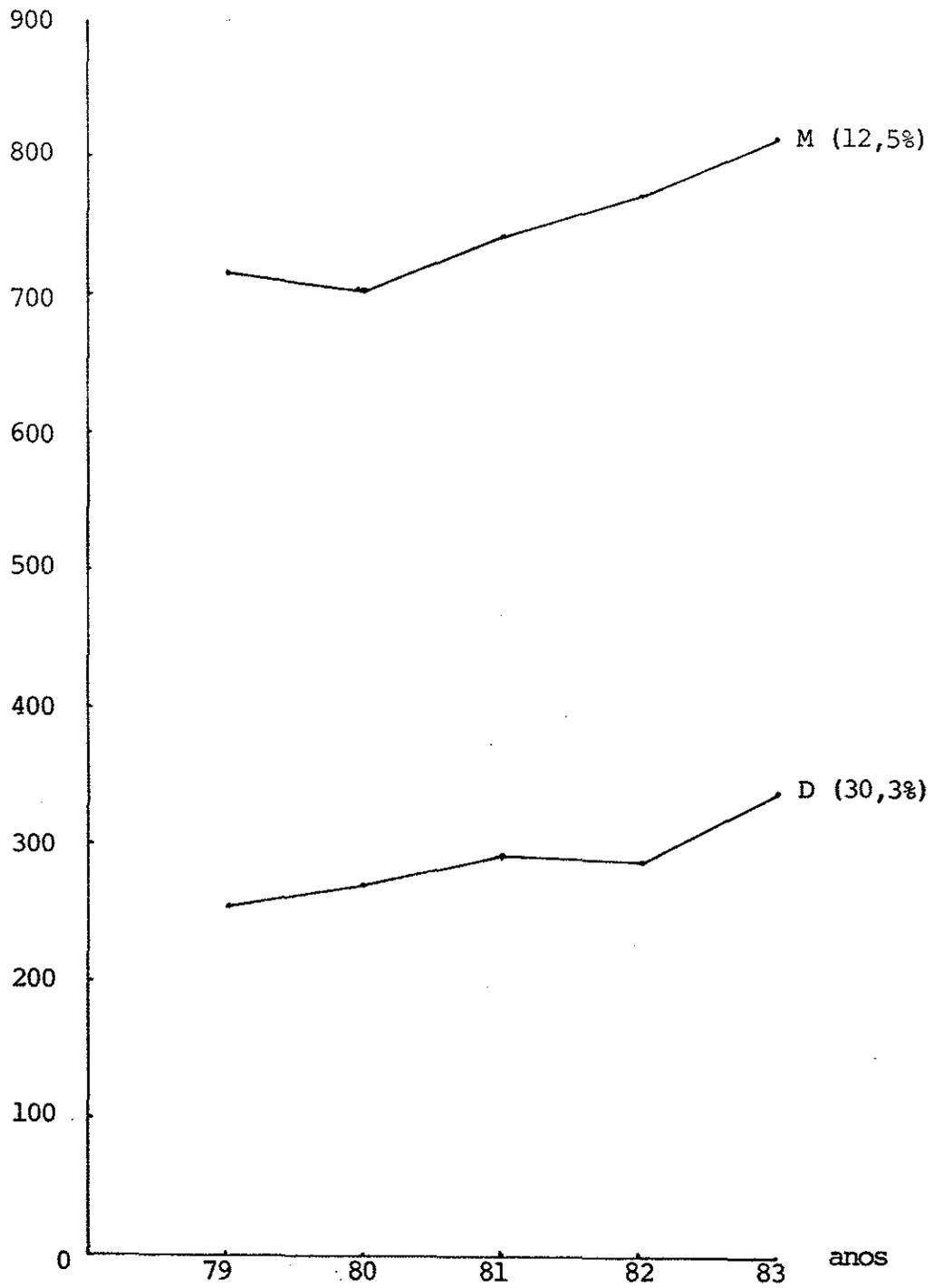


GRÁFICO II: Distribuição Relativa dos Cursos de Mestrado, Segundo as Regiões Geográficas, no Período de 1979 a 1983

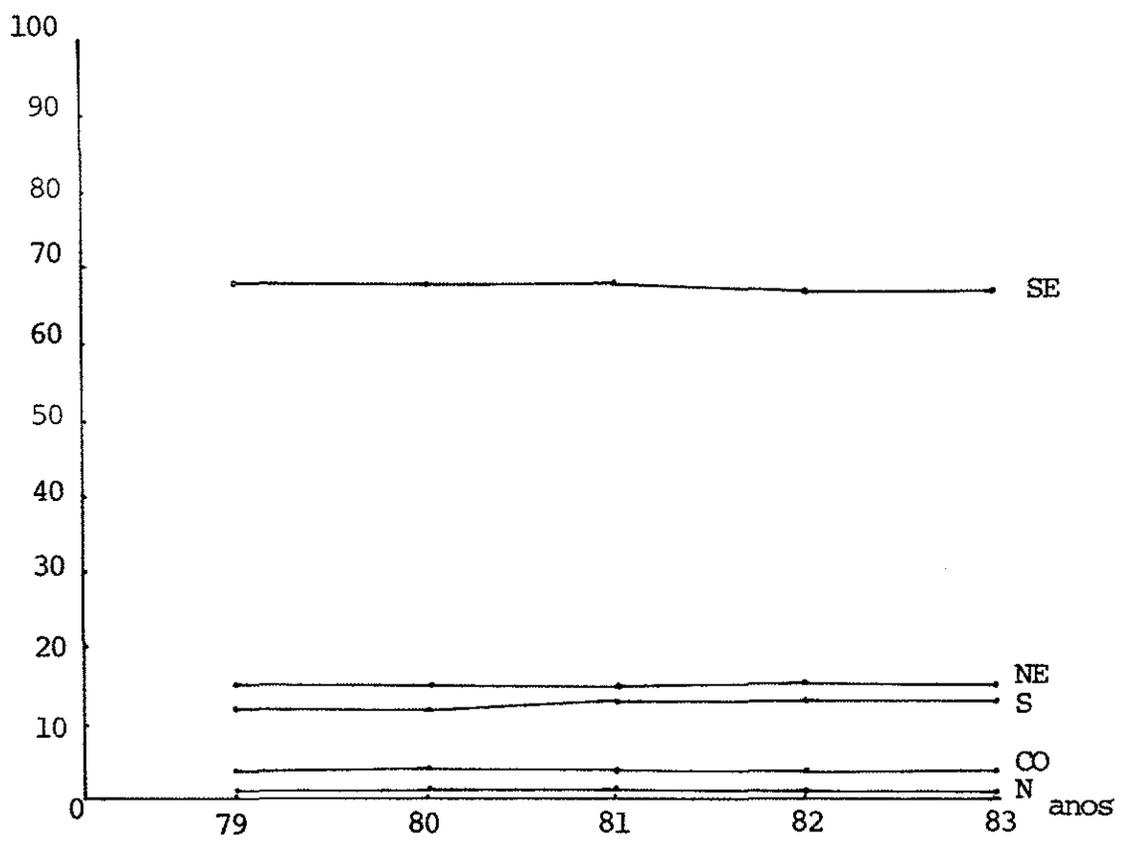


GRÁFICO III: Distribuição Relativa dos Cursos de Doutorado, Segundo as Regiões Geográficas, no Período de 1979 a 1983

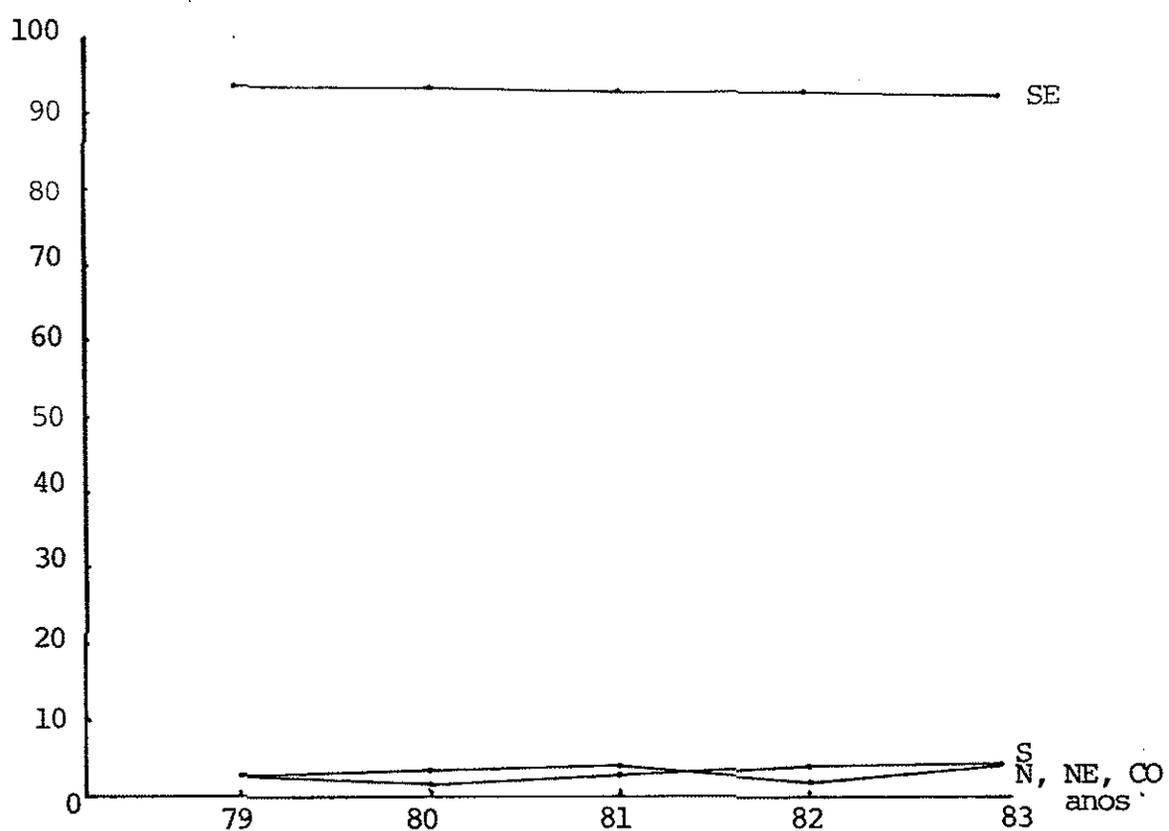


GRÁFICO IV: Distribuição por Regiões Geográficas dos Cursos de Pós-Graduação, em 1979 e 1983

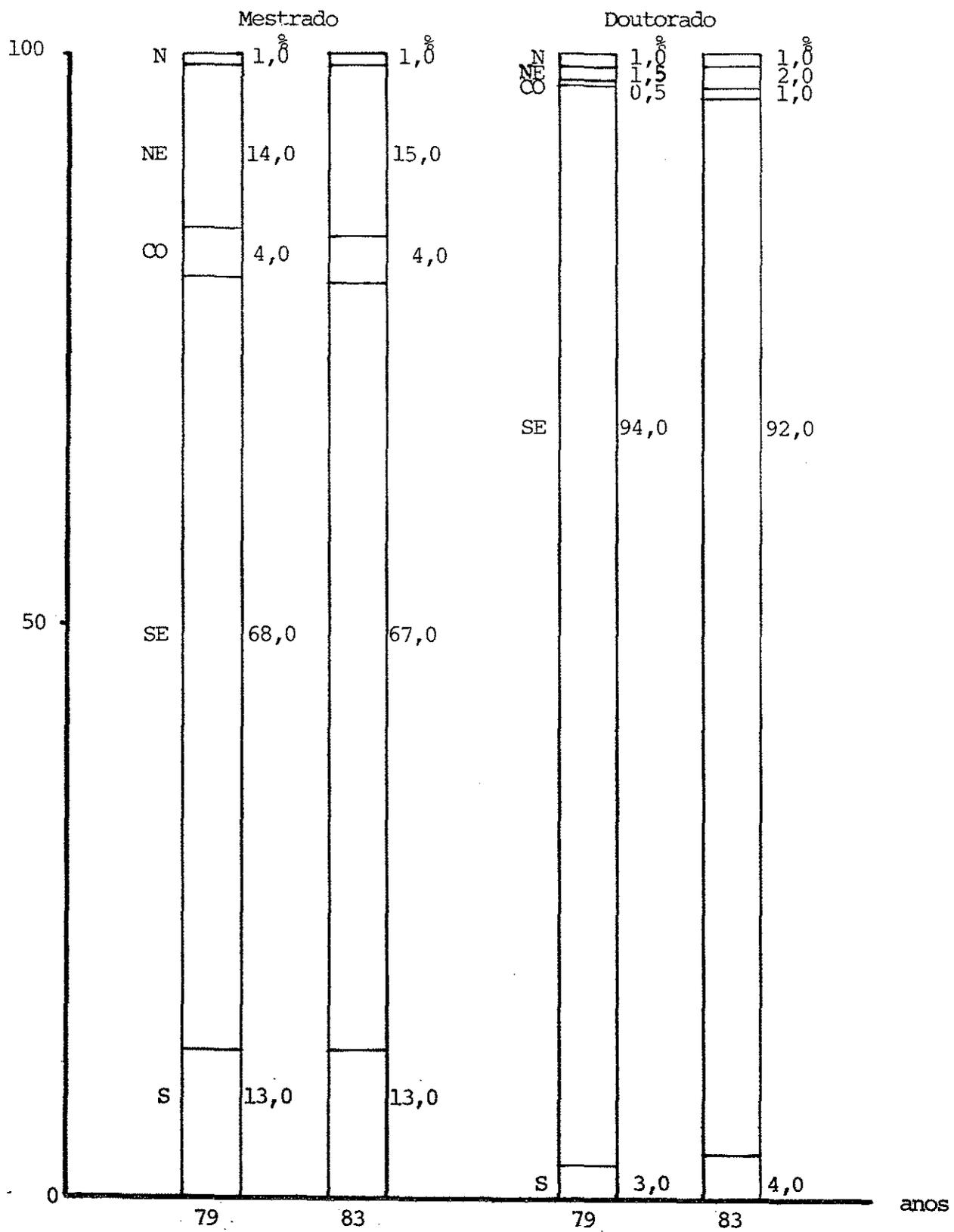


GRÁFICO V: Distribuição dos Cursos de Mestrado por Área do Conhecimento,
em 1983

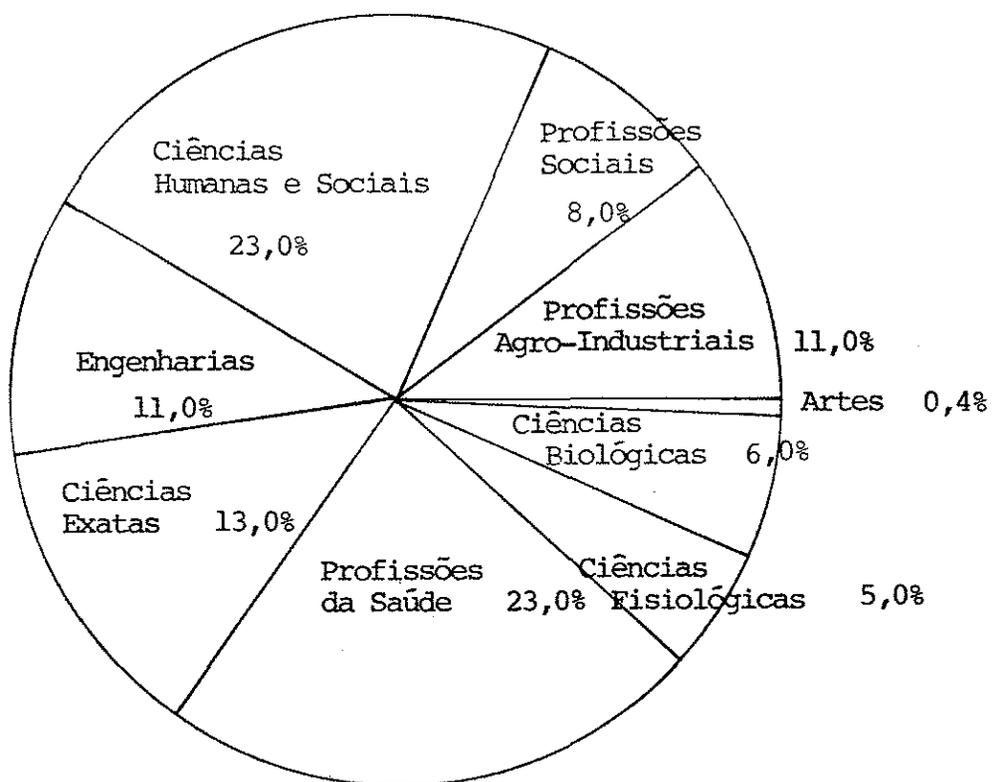
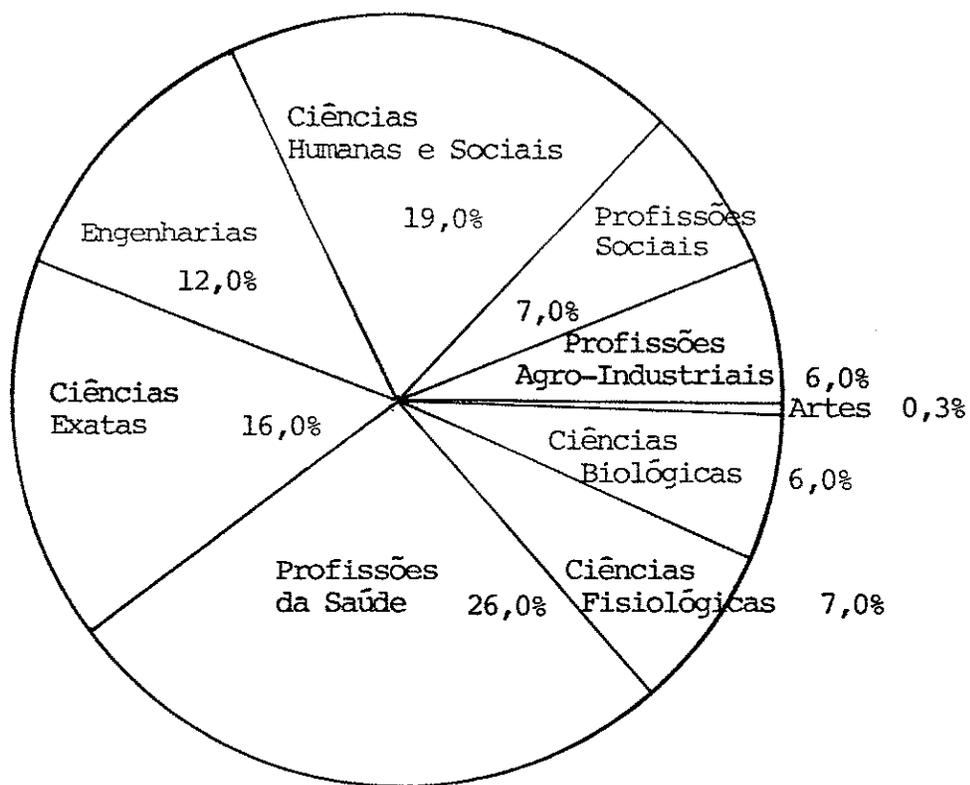


GRÁFICO VI: Distribuição dos Cursos de Doutorado por Área do Conhecimento, em 1983



2.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação foi implantado em 1976 e, no decorrer destes anos, tem passado por mudanças, a partir da própria experiência e de sugestões e contribuições recebidas dos consultores, coordenadores de cursos e membros da comunidade científica. Tem por objetivo acompanhar sistematicamente e caracterizar a evolução dos cursos de pós-graduação, nas diferentes áreas e subáreas do conhecimento. Por um lado, a avaliação permite, através de um dinamismo próprio, perseguir critérios que identificam a qualidade da pós-graduação e, por outro, seus resultados subsidiam decisões para fins de apoio institucional.

O sistema de avaliação compõe-se de várias dimensões, que compreendem: a) coleta anual das informações de cada curso, através do Relatório Anual de Cursos de Pós-Graduação (CAPES/CNPq) e dos formulários de cadastramento da produção científica, técnica e artística; b) sistematização de todas as informações nos diferentes cadastros do banco de dados; c) análise de todo o material recebido e arquivado na pasta de cada curso no Projeto "Memória da Pós-Graduação Brasileira" (inclusive de relatórios de visitas), por Comissões de Consultores Científicos, coordenadas pelos respectivos Presidentes de área; d) preparação dos resultados da avaliação para envio a todos os programas e respectivas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (ou órgãos equivalentes).

No sistema de avaliação encontram-se limitações que são inerentes à dinâmica do próprio processo como, por exemplo: a) a dimensão subjetiva da avaliação; b) o estabelecimento de critérios adequados para a análise das diferentes áreas e que possam ser a base da elaboração de critérios específicos; c) a compatibilização analítica de critérios quantitativos e qualitativos, principalmente no que se refere à produção científica; d) as dificuldades da análise de estrutura curricular e do desempenho acadêmico através de informações do tipo secundário.

No ano de 1983 foi introduzida uma importante modificação no sistema de avaliação, alterando-se a sua periodicidade que passa a ser bienal. Isto significa uma fase de transição, pois algumas áreas/subáreas do conhecimento, por recomendação dos consultores científicos, já passaram para avaliação bienal, sendo que outras ainda estão sendo avaliadas anualmente.

Em 1984 foram avaliadas as seguintes áreas/subáreas do conhecimento: Artes, Comunicação, Veterinária, Geografia, Medicina (50% dos cur-

...sos), Engenharia de Transportes, Metalúrgica, Elétrica e Biológica, Ciências Biológicas (com exceção de Genética), Arquitetura, Planejamento Urbano, Economia, Filosofia, Teologia, Sociologia, Ciências Sociais (interdisciplinares). As demais áreas/subáreas do conhecimento foram avaliadas em 1985.

A visão do sistema de pós-graduação na perspectiva das Comissões de Avaliação é a seguinte:

- a) as áreas de conhecimento estão, gradativamente, se desenvolvendo, sendo que algumas áreas já atingiram o patamar da maturidade acadêmica. Reconhece-se o papel crucial da pós-graduação no desenvolvimento da pesquisa e produção científica do País;
- b) o perfil de formação tem evoluído positivamente, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo sistema universitário de Ciências Exatas;
- c) a qualificação docente e de sua produção científica é crescente bem como a de seus discentes têm melhorado;
- d) cursos com linhas de pesquisa claras e definidas têm-se consolidado e a forma mais adequada de avaliação é a vez que se verifica uma coerência interna dos cursos de qualidade acadêmico-científica;
- e) os programas têm vindo melhor suas atividades de pesquisa e ensino, tornando a pós-graduação "stricto sensu";
- f) mecanismos de apoio institucional têm sido criados como exemplo em 1983/84 de várias Associações Nacionais de Pós-Graduação.

Quanto à avaliação os conceitos variam de A a E, segundo o maior grau de estruturação e consolidação. A situação atual do sistema quanto ao resultado da avaliação no período de 1979/1983 pode ser visualizada nos gráficos I e VIII.

Com relação aos cursos de mestrado, tem-se 33% no nível A, 26% no nível B, 26% no nível C, 13% no nível D e 2% no nível E, indicando que 77% dos cursos estão consolidados e 23% dos programas apresentam sérias deficiências em sua estruturação e funcionamento. A esses números agregam-se outros cursos que permanecem sem avaliação ou conceito por estarem em processo de estruturação, seja ainda, em alguns casos, por não terem as informações necessárias à avaliação.

A situação em relação ao que diz respeito aos cursos de doutorado...

. Pesquisa CRESALC/UNESCO

- A CAPES, colaborando com o CRESALC (Centro Regional para a Educação Superior na América Latina e Caribe), órgão da UNESCO, desenvolveu uma pesquisa sobre os cursos de mestrado e doutorado oferecidos no Brasil, com a finalidade de gerar dados para um estudo comparativo entre Brasil, México, Colômbia e Venezuela. O relatório foi encaminhado ao CRESALC e os resultados serão divulgados ao longo de 1985.
- Para composição da amostra foram selecionados 26 cursos de mestrado e 10 de doutorado, distribuídos pelas diversas áreas do conhecimento e tipos de instituição, e coletou-se informações junto aos coordenadores, professores e alunos dos programas envolvidos.

. Grupo Técnico Consultivo (GTC)

- O Grupo Técnico Consultivo (GTC) foi implantado, em 1983, com funções de assessoramento junto ao Conselho Deliberativo da CAPES. O GTC congrega, além da CAPES, representantes da EMBRAPA, FINEP, CNPq, FAPESP e STI/MIC. Suas principais atividades vêm se constituindo na análise de novos cursos de mestrado e doutorado - para atendimento à atual sistemática de acompanhamento estabelecida pelo CFE - e discussão de documentos setoriais de avaliação. A existência do GTC, ainda que de modo informal, vem propiciando um canal de aproximação e ajuste entre as políticas e ações de fomento das principais agências do País. Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 1983, o GTC reuniu-se regularmente durante o ano de 1984. Além da atividade rotineira de análise de perfis de cursos de pós-graduação "stricto sensu", deve ser destacada a realização de visitas a diversas unidades da Federação, com o objetivo de discutir "in loco" as necessidades e projetos das universidades e outros órgãos com os quais é possível manter intercâmbio. O GTC deslocou-se para o Pará e Mato Grosso, fechando um ciclo que pode ser caracterizado como "ciclo amazônico", iniciado em 1983 com uma visita ao Amazonas. Foi feita também uma reunião em Alagoas, tendo em vista as premências colocadas ao desenvolvimento regional pela implantação do pólo cloroquímico e outras necessidades locais. O resultado destas visitas deixa um saldo positivo que, embora não se caracterize por grandes projetos, constitui-se de um so
-

matório de pequenas providências, e que deverão contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação nas instituições visitadas.

- Durante o ano de 1984 foram realizadas 9 reuniões do GTC, tendo sido analisados 35 projetos de implantação de novos cursos de mestrado e doutorado, dos quais 31 receberam parecer conclusivo e 24 foram recomendados. Há ainda 27 projetos em tramitação. Os projetos vinculam-se às áreas de Ciências Biológicas, Profissões Agro-Industriais, Profissões da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharia, Ciências Humanas e Sociais e Profissões Sociais.

TABELA 6: Distribuição Geral dos Cursos de Mestrado, Segundo os Conceitos Atribuídos pelas Comissões de Consultores Científicos da CAPES, de 1979 a 1983

ANOS	A		B		C		D		E		SC*		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1979	182	26	170	25	147	21	58	8	45	7	91	13	693	100
1980	199	28	180	25	167	23	87	12	49	7	34	5	716	100
1981	216	30	181	25	168	23	91	12	44	6	28	4	728	100
1982	247	32	204	27	156	20	70	9	28	4	61	9	766	100
1983	259	33	206	26	141	18	72	9	28	4	74	10	780	100

Fonte: CAPES/CAA/Memória da Pós-Graduação Brasileira.

(*) Sem Conceito (cursos novos)

TABELA 7: Distribuição Geral dos Cursos de Doutorado, Segundo os Conceitos Atribuídos pelas Comissões de Consultores Científicos da CAPES, de 1979 a 1983

ANOS	CONCEITOS A		B		C		D		E		SC*		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1979	75	30	50	20	27	11	22	9	14	6	59	24	247	100
1980	76	29	64	25	47	18	17	7	19	7	35	14	258	100
1981	89	32	73	26	52	19	19	7	14	5	30	11	277	100
1982	105	35	73	24	40	13	20	7	17	6	44	15	299	100
1983	108	35	74	24	41	13	18	6	13	4	52	17	306	100

Fonte: CAPES/CAA/Memória da Pós-Graduação Brasileira.

(*) Sem Conceito (cursos novos).

GRÁFICO VII : Distribuição Relativa dos Cursos de Mestrado, Segundo os Conceitos Obtidos, no Período ...
de 1979 a 1983

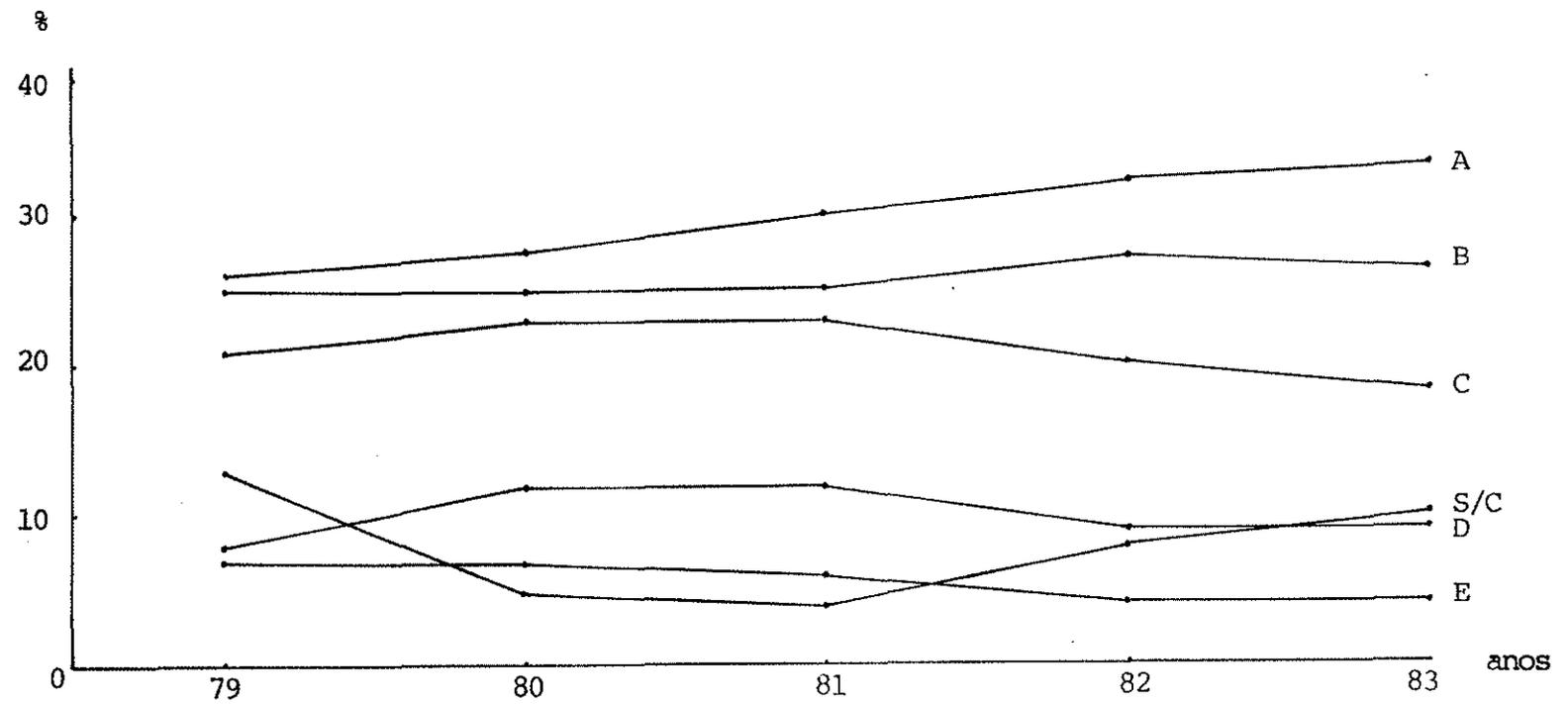
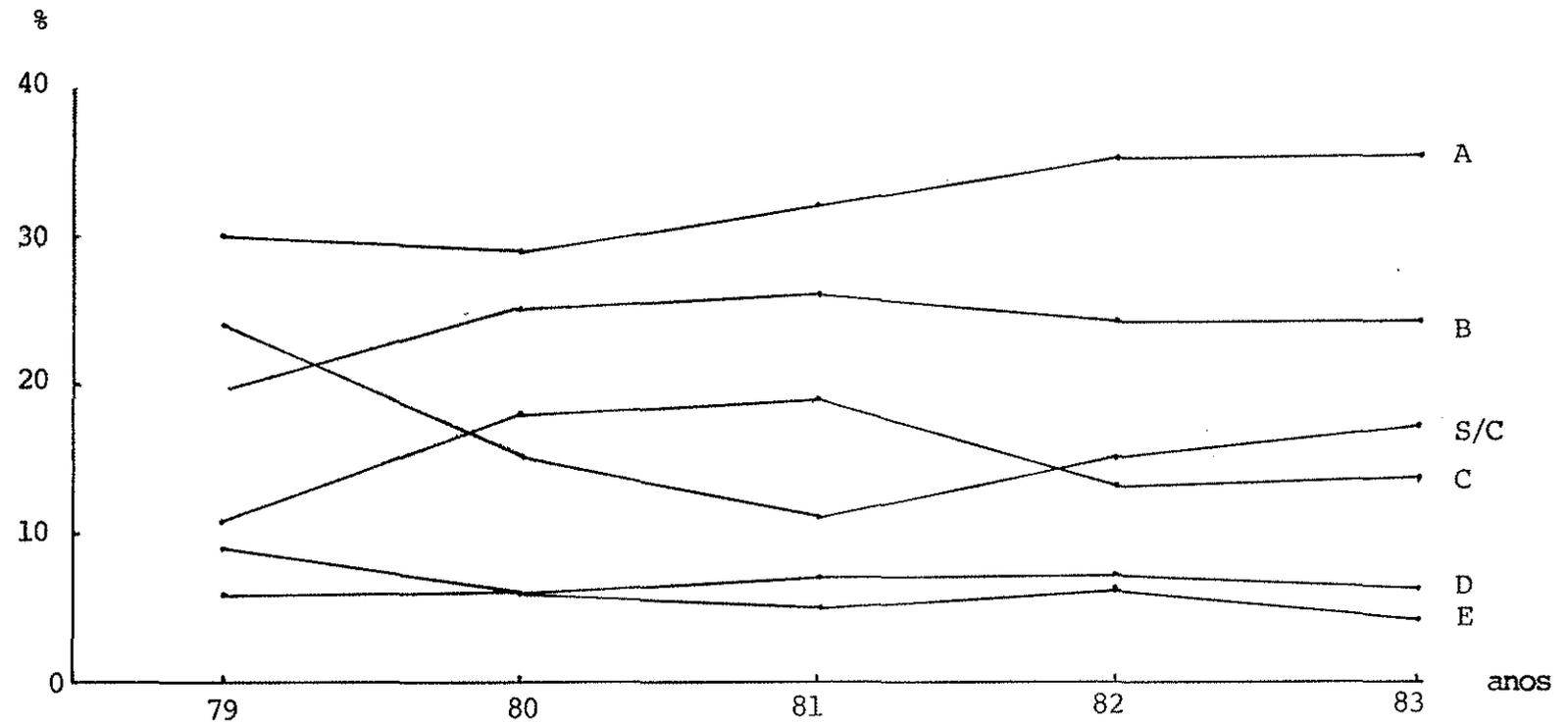


GRÁFICO VIII: Distribuição Relativa dos Cursos de Doutorado, Segundo os Conceitos Obtidos, no Período de 1979 a 1983



3 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 - BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS

O estímulo à qualificação de recursos humanos de alto nível constitui historicamente a principal responsabilidade da CAPES. No presente, esta orientação é reforçada pelo II Plano Nacional de Pós-Graduação, cujo objetivo central consiste na formação de docentes, pesquisadores, e técnicos para os setores público e privado. Para viabilizar e apoiar a realização de cursos de pós-graduação no Brasil a CAPES concede bolsas de estudo através de dois programas: Demanda Social e Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD).

. Programa de Demanda Social

- As bolsas do Programa de Demanda Social são distribuídas na forma de quotas aos cursos de mestrado e doutorado considerados de melhor nível pela consultoria científica da CAPES. Após a distribuição das quotas, as coordenações dos cursos contemplados selecionam - segundo seus próprios critérios - os candidatos mais aptos para se beneficiarem das bolsas de estudo recebidas, desde que a dedicação integral ao curso esteja assegurada e com a proibição de conceder bolsas a docentes da própria instituição.

- As bolsas do Programa possuem duas fases: a primeira, de 18 meses para mestrado e 24 para doutorado; a segunda, com duração definida pela coordenação do curso, em função do tempo necessário para conclusão do projeto de dissertação ou tese (cuja aprovação é condição para ingresso na fase).

. Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD)

- O PICD consiste num programa de bolsas de estudo

destinadas a docentes universitários, visando sua formação acadêmica nos melhores cursos de mestrado e doutorado do País. O Programa envolve quase todas as universidades brasileiras e diversas escolas isoladas.

- Em função dos planos de ação, enviados anualmente à CAPES com especificação das prioridades para capacitação docente, as instituições recebem uma quota de bolsas de estudo para que os docentes por elas indicados, uma vez aprovados nos processos de seleção, possam realizar seus estudos pós-graduados nos cursos recomendados pela CAPES. Para que a bolsa seja concedida, é exigido dos bolsistas dedicação integral ao curso e fixação de residência na localidade de destino.
- A bolsa concedida através do PICD divide-se em duas fases: a primeira, de 18 meses para mestrado e 24 para doutorado; a segunda, com duração definida pela coordenação do curso, em função do tempo necessário para conclusão do projeto de dissertação ou tese (cuja aprovação é condição para ingresso na fase), obedecendo-se a um prazo máximo de 24 meses para doutorado e de 6 a 24 meses para mestrado (cada área do conhecimento possui um limite específico estabelecido pelas respectivas comissões de consultores). Além das modalidades de mestrado e doutorado, o PICD ainda permite a realização de cursos de especialização desde que o candidato seja docente.

. Desempenho Global

- A Tabela apresenta o total de bolsas de mestrado e doutorado no País, por tipo de programa e nível, de acordo com as concessões feitas pela CAPES no pe-
-

riodo de 1979 a 1984. (Tabela 7)

- Como pode ser observado, o volume geral do programa de bolsas tem se mantido relativamente constante ao longo do período. O PICD vem apresentando uma utilização levemente decrescente do número de bolsas, aparentemente em decorrência da atual legislação sobre a carreira do magistério superior; o decréscimo mais sensível no número de bolsas de mestrado tem sido compensado pelo acréscimo nas bolsas de doutorado e, mais recentemente, de especialização.

3.2 - PROGRAMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU"

. Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização

- Em 1984 a CAPES, através da Coordenadoria de Treinamento, analisou 318 projetos de Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização aprovando 117, pelos quais foram concedidas 1.830 bolsas. Na Tabela 8 é discriminado o total de projetos apoiados por região.

. Programa Especial de Treinamento - PET

- Durante o ano de 1984, o Programa Especial de Treinamento - PET contou com 17 programas, distribuídos entre 6 instituições de ensino superior do sistema federal e 5 pertencentes à rede estadual e particular, envolvendo 151 alunos e 17 professores-tutores, nas seguintes áreas: Ciências Exatas (31); Ciências Biológicas (34); Ciências Humanas (49); Ciências Tecnológicas (54). Para a realização deste programa a CAPES repassou recursos de Cr\$207.550.900.

Estes programas foram avaliados durante o 2º semes

tre de 1984 através de entrevistas semi-estruturadas com o tutor, com os alunos desligados do programa, com ex-alunos formados e, também, com professores do departamento. Além disto foram feitas observações do local de estudo, das condições da biblioteca PET, e foi aplicado um questionário aos alunos-bolsistas, composto de três partes. A primeira contendo informações gerais sobre o programa; a segunda, em forma de escala e a 3ª parte, com questões abertas sobre os objetivos, o tipo de atividade, as condições físicas, o papel do aluno e do tutor, a comunicação entre os PETs, as normas de funcionamento do programa e a atuação da CAPES.

Cada programa foi avaliado segundo as condições físicas; as atividades desenvolvidas no programa, as substituições ocorridas e o comportamento dos alunos e do tutor, tais como o relacionamento do grupo, o cumprimento das obrigações, a influência do programa na graduação, etc. Dos 17 programas, 10 foram considerados como tendo atingido seus objetivos (conceitos bom e excelente); 3 precisam ser reformulados (conceito regular) e 4 deverão ser substituídos por não terem atingido os objetivos propostos.

. Bolsas para Servidores do MEC

- Em 1984, a CAPES atendeu o pedido de pagamento de taxas e mensalidades no valor de Cr\$ 64.791.654, para 62 servidores do MEC realizarem cursos de Pós-Graduação a nível de Aperfeiçoamento e Especialização.

. Cursos por Tutoria à Distância

- Foi realizado pela ABEAS, no período de fevereiro a dezembro de 1984, com o apoio financeiro da CAPES,
-

o curso de administração de Bibliotecas por tutoria à distância, com a participação de 96 alunos.

. Projeto MEC/BID III

- O Projeto foi implantado, em 1984, com a finalidade de atender a 9 instituições federais de ensino superior no País, na realização de Cursos de Especialização para Capacitação de Recursos Humanos, envolvendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, a CAPES e o CEDATE.

3.3 - BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR

A formação no Exterior assume relevo por constituir-se numa capacitação científica e tecnológica de ponta, com reflexos evidentes nas atividades de docência e de pesquisa, servindo também para o treinamento de técnicos de alto nível requeridos pelos setores públicos e privados. A CAPES concede bolsas para estudos no Exterior nos níveis de doutorado e pós-doutorado; excepcionalmente, podem também ser concedidas para estudos de mestrado e especialização. A seleção de bolsistas constitui um processo altamente criterioso e competitivo; assim, a qualificação do candidato é julgada, em várias etapas, por um conjunto de características: desempenho acadêmico, plano de trabalho a ser desenvolvido no Exterior, expectativa de sua futura contribuição científica e excelência da instituição onde pleiteia matrícula. A aprovação final dos bolsistas é decidida pelo Conselho Deliberativo da CAPES.

. Concessão de bolsas

- A Tabela 9 apresenta a distribuição das bolsas concedidas para estudos no Exterior, no período de 1979 a 1984, por áreas do conhecimento e nível.

- Estados Unidos, França e Inglaterra recebem cerca de 70% dos bolsistas da CAPES.

. Programas Especiais

- Os programas especiais são incluídos nas estatísticas sobre concessão de bolsas. Todavia, seu detalhamento permite melhor dimensioná-los. Em 1984, apresentaram o seguinte quadro: CAPES/Fulbright Especialização em Artes: foram concedidos 10 auxílios-passagens; CAPES/Fulbright/Laspau Programa de Artes para Docentes: 2 bolsas de mestrado e 1 de doutorado; CAPES/Fulbright Pós-Doutorado: 13 bolsas; CAPES/Fulbright Professores Visitantes Norte-Americanos: 10 professores, a um custo total de Cr\$ 256.409.401; CAPES/COFECUB: 50 concessões, das quais 16 bolsas de doutorado, 5 de especialização, 8 bolsas de pós-doutorado e 21 auxílios-passagens; Programas com a Alemanha Ocidental: concessão de 36 auxílios-passagens para bolsistas do DAAD e 14 auxílios-passagens para integrantes do programa com o CNDU.
- Programas administrados pela CAPES, em 1984: 18 bolsistas da EMBRAPA, e 2 professores visitantes para o SERPRO.

Tabela 7 CONCESSÕES DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS
POR TIPO DE PROGRAMA E NÍVEL - 1979-84

PROGRAMA/ NÍVEL ANO	DEMANDA SOCIAL			PICD			OUTRAS BOLSAS ²			TOTAL GERAL				
	M	D	T	E ¹	M	D	T	M	D	T	E	M	D	T
1979	2.562	194	2.756	-	3.526	580	4.106	-	-	39	-	-	-	6.901
1980	2.667	187	2.854	-	3.553	700	4.253	-	-	50	-	-	-	7.157
1981	3.007	235	3.242	27	2.881	746	3.654	-	-	101	-	-	-	6.997
1982	2.918	360	3.278	21	2.383	748	3.152	-	-	182	-	-	-	6.612
1983	3.095	342	3.437	15	2.112	979	3.106	73	1	74	15	5.280	1.322	6.617
1984	3.261	393	3.654	103	2.032	900	3.035	35	14	49	103	5.293	1.342	6.738

1 - Até 1980 os bolsistas de especialização estão incluídos em mestrado.

2 - Inclui: Programa de Apoio a Teses a Áreas Específicas (EBTU e SEMA), bolsas para aperfeiçoamento de servidores do MEC e auxílios para bolsistas da CAPES no Exterior que retornam ao país para coleta de dados.

4. AÇÕES DE FOMENTO

4.1 - AUXÍLIOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ao longo do período 1979 a 1984, a CAPES diversificou sua política de auxílios aos cursos de pós-graduação. Nos primeiros anos do período é marcante a ênfase na concessão de auxílios institucionais e no apoio a projetos regionais e setoriais (Projeto Nordeste e Projeto Educação, v.g), de acordo com as diretrizes do I Plano Nacional de Pós-Graduação. A partir de 1982, através de sua Coordenadoria de Estudos e Fomento (CEF), as aplicações no setor passaram a privilegiar os programas de apoio à manutenção da infra-estrutura dos cursos de pós-graduação e de consolidação de cursos, atendendo às orientações do II Plano Nacional de Pós-Graduação. As tabelas registram a concessão de auxílios por programas e apresentam as aplicações por área do conhecimento, por tipo de instituição e por elementos de despesa. A síntese do desempenho verificado em 1984 encontra-se abaixo.

Apoio à Infra-estrutura dos Cursos

Em 1984, o Programa aplicou um total de Cr\$10.254.134.000. Estes recursos beneficiaram 469 cursos de pós-graduação, dos quais 246 pertencentes a instituições federais, 178 estaduais e 45 particulares.

Apoio à Consolidação dos Cursos

O total de Cr\$ 3.182.101.000, alocado em 1984, contemplou 159 cursos de pós-graduação. Estes cursos estavam assim localizados: 132 em instituições federais, 16 estaduais e 11 particulares.

Programa de Fomento à Pós-Graduação

A CAPES, através da CEF, destinou um total de Cr\$ 1.378.075.126, para o fomento à pós-graduação brasileira. Deste total Cr\$ 20.000.000, corresponderam a auxílios para a edição de revistas científicas, Cr\$ 157.500.000, para apoio à realização de reuniões e congressos científicos, Cr\$ 58.654.400, ao Programa de Intercâmbio de professores visitantes franceses dentro do

acordo CAPES/COFECUB, Cr\$ 342.978.624, ao Programa de Avaliação da Reforma Universitária, Cr\$ 358.313.600, para auxílios diretos a diversos cursos de pós-graduação, Cr\$ 362.528.502, para o Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde, Cr\$ 30.100.000, para o apoio à Comutação Bibliográfica/COMUT, Cr\$ 48.000.000, para as Prô-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

Professores Visitantes Estrangeiros

O programa custeou o pagamento de passagens internacionais a 54 professores visitantes estrangeiros, os quais desenvolveram atividades em 22 instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Em 1984, foi instituído pelo governo federal o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), composto dos seguintes subprogramas: Biotecnologia, Química e Engenharia Química, Geociências e Tecnologia Mineral, Informação em Ciência e Tecnologia, Planejamento e Gestão em Ciência e Tecnologia, Instrumentação, Educação para Ciências, Manutenção, Provisão de Insumos Essenciais e Tecnologia Industrial Básica.

Na divisão das tarefas do PADCT entre o CNPq, a FINEP, a STI/MIC e a CAPES, coube a esta última a supervisão e o financiamento dos projetos e atividades do subprograma Educação para Ciência, bem como toda a parte de apoio à Formação e Capacitação de Recursos Humanos concernentes a projetos no âmbito dos outros sub-programas. Educação para Ciência será tratado num capítulo posterior. No exercício de 1984, os demais subprogramas receberam da CAPES apoio através de 31 projetos, com discriminação por números e quantitativos na tabela .

4.2 - COOPERAÇÃO TÉCNICA NACIONAL

O Programa de Cooperação Técnica Nacional tem como objetivo geral disseminar entre as instituições brasileiras conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos no País. Sua operacionalização ocorre através do financiamento de projetos pela SUBIN, em que uma instituição brasileira presta cooperação técnica a outra. Desde o final de 1982, a CAPES passou a coordenar, no âmbito do MEC, a análise e recomendação - para a SUBIN - de projetos desta natureza que envolvam instituições de ensino superior. As prioridades para recomendação consistem no seguinte: Fortalecimento das áreas do conhecimento que contam com reduzido número de grupos de pesquisa, reforço a grupos emergentes de pesquisa, consolidação de atividades de ensino em nível de graduação e pós-graduação.

. Projetos Aprovados

- Durante o ano de 1984 foram analisados pela CAPES, 66 projetos de cooperação técnica, sendo que 35 projetos foram recomendados à SUBIN para receberem apoio financeiro, através do Programa de Cooperação Técnica Nacional, nos anos de 1984 e 1985.
- Para execução durante o ano de 1984, foram recomendados 21 projetos, das quais 13 projetos envolvendo 10 Instituições de Ensino receberam apoio financeiro da SUBIN, num valor de Cr\$ 424.449.450.

. Projetos em Execução

- Em 1984, foi mantido o apoio para continuidade de execução de 30 projetos referentes a convênios firmados em anos anteriores. Estes convênios envolvem a participação de 17 Instituições de Ensino, com apoio da SUBIN num valor total de Cr\$ 1.548.227.250.
-

- O apoio consistiu em financiamento de passagens e diárias para consultores, estágios de docentes, contratação de pesquisadores e técnicos de nível médio, bem como para manutenção de equipamentos. Também foram concedidos recursos financeiros para aquisição de material de consumo e permanente, equipamentos, material didático e periódicos científicos, entre outros.
- O acompanhamento da execução dos projetos foi feito mediante análise de relatórios enviados pelas instituições beneficiadas e executoras, além de visitas "in loco", com a participação da SUBIN e de consultores científicos.

4.3 - COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Em agosto de 1981 a CAPES assumiu a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CODEAI), que integrava a Subsecretaria de Planejamento da SESu. Desde então, às atividades da CODEAI foram acrescentadas as ações congêneres que vinham sendo desenvolvidas no âmbito da CAPES, resultando, ao final de 1982, na atual forma organizacional: Coordenadoria de Cooperação Internacional (CCI). Encontram-se sumariados, a seguir, os principais projetos e programas mantidos pela CCI em 1983.

. Projeto CAPES/PNUD

- A CAPES realizará para a UNESCO a avaliação dos centros de pós-graduação em dez países considerados os menos procurados por estudantes de mestrado e doutorado do Terceiro Mundo.
 - O objetivo do Projeto é criar um quadro de informações qualificadas sobre ensino superior, especialmente ao nível de pós-graduação, de forma a oferecer um conhecimento preciso e qualitativo das melhores instituições dos países estudados.
-

- Durante o ano de 1983 foram realizadas reuniões com os consultores internacionais: o documento original foi modificado, além da elaboração do texto sobre "Orientação para Coleta de Dados", e foram definidas as orientações para as atividades a serem desenvolvidas em 1984 e 1985.
- O resultado final do trabalho, que deverá estar concluído em agosto de 1985, será publicado pela UNESCO em vários idiomas (português, espanhol, francês e inglês).
- O projeto, orçado em pouco mais de 300 mil dólares, é financiado pelas Nações Unidas através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em novembro de 1983 foram realizadas as reuniões de contato (briefing) com os coordenadores nacionais nos seguintes países: Suécia, Holanda, Bélgica, Suíça e Espanha. Como consequência natural dessas reuniões, esses coordenadores foram contratados pela UNESCO, no ano de 1984.

Em maio de 1984, foram concluídas essas reuniões com os coordenadores de Israel, Austrália e Japão, sendo os respectivos contratos efetuados em seguida.

A partir dos contratos, os coordenadores passaram a trabalhar no ajustamento dos questionários e no desenvolvimento da seleção de áreas e identificação de especialistas que responderão os questionários.

Em novembro de 1984, realizou-se a primeira reunião de avaliação de coordenadores, em Brasília, da qual participaram todos os coordenadores, exceto Holanda, representantes da UNESCO, do PNUD e da CAPES.

Nesta reunião ficou estabelecido que todos os coordenadores enviariam, até 31 de janeiro de 1985, um relatório de

progresso contendo o seguinte:

- Descrição dos serviços de consultoria utilizadas, incluídos no estudo.
- Descrição dos serviços de consultoria utilizadas, incluindo a lista de pessoa envolvido no processo de seleção de áreas.
- Modificações introduzidas, ou a serem introduzidas, no questionário.
- Lista dos respondentes.

Fixou-se a data de 30 de junho para a devolução, em Brasília, dos questionários devidamente preenchidos.

O relatório final das atividades dos coordenadores ficou estabelecido para ser entregue à CAPES em 31 de julho de 1985. Esse relatório deverá conter:

- Uma descrição geral do sistema educacional do país, incluindo:
 - nível de graduação
 - pós-graduação e treinamento pós-doutoral
 - sistema de pesquisa
 - Descrição detalhada do sistema de pós-graduação.
 - Informações sobre as atividades desenvolvidas pelos coordenadores, tais como:
 - metodologia adotada
 - procedimentos
 - análise de resultados
 - Resultados finais
 - Comentários sobre o questionário
-

- Sugestões para atualização futura do "Sistema de informações".

PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação foi criado em agosto de 1981, através de um Protocolo celebrado entre a CAPES, o CNPq e o Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, e destina-se a oferecer vagas em cursos brasileiros de mestrado e doutorado e estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais.

Para 1983, ano em que o Programa recebeu os primeiros estudantes, as instituições de ensino superior brasileiras ofereceram 300 vagas nas áreas de Economia, Engenharia e Medicina. Apresentaram-se 454 candidatos, dos quais 42 foram aproveitados. Trinta e seis (36) bolsas de estudos foram concedidas a esses estudantes, 18 pela CAPES e as restantes pelo CNPq. O baixo aproveitamento das vagas está relacionado, essencialmente, à falta de conhecimento de Língua Portuguesa por parte dos candidatos.

No decorrer de 1983, em reuniões com universidades brasileiras (UFRGS, UFRJ, UFMG, UnB, UNICAMP e UFPE) foram dados os passos fundamentais para o estabelecimento de Núcleos de Língua Portuguesa para Estrangeiros e foi organizada a estrutura do 1º Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros, destinado a atender sobretudo as necessidades dos estudantes-convênio de pós-graduação.

Para 1984, foram oferecidas 451 vagas em Economia, Medicina, Engenharia e Ciências Agrárias. Foram selecionados 72 estudantes, dos quais apenas 2 receberam bolsa de estudo do Programa. Os demais foram selecionados levando-se em conta os recursos próprios disponíveis para sua manutenção no Brasil. Para os selecionados com nível insuficiente em português, foi então realizado

na FUNCEP, em Brasília, um curso de Língua Portuguesa, com a duração de dois meses, ministrado por sete professores das universidades mencionadas acima.

Para 1985, foram oferecidas 375 vagas para cursos de Medicina, Engenharia, Economia e Ciências Agrárias. Dos 146 candidatos, foram selecionados 40 estudantes de 13 países latino-americanos: Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela. A Colômbia foi o país que apresentou o maior número de candidatos (cinquenta). Aos selecionados não foram concedidas bolsas de estudo, mas apenas vagas em instituições brasileiras, com isenção do pagamento de taxas. Aos estudantes que não apresentaram nível suficiente de conhecimento do português foi recomendado que realizassem um curso intensivo de Língua Portuguesa nos Centros de Estudos Brasileiros em seu próprio país, anteriormente à sua vinda ao Brasil.

Em 1984, havia 115 estudantes-convênio de pós-graduação no Brasil, sendo 25 deles bolsistas. Dentre os que vieram no primeiro grupo de estudantes-convênio de pós-graduação, em 1983, apenas um terminou seu curso, recebendo passagem de volta ao seu país de origem.

ACORDO CULTURAL BRASIL-PORTUGAL

Dentro do Acordo Brasil-Portugal, a CAPES concedeu passagens e bolsas de estudo a cinco estudantes portugueses, para realização de estágio ou de doutoramento no Brasil, em 1984/85. Em contrapartida, o Governo português oferecerá, em 1985, bolsas a estudantes brasileiros para cursos de pós-graduação em universidades portuguesas.

. Programa com a República Federal da Alemanha

- Subprograma CAPES/CNDU/DSE: em 1980, o Conselho

Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) firmou con
vênio com a CAPES para assessorar no recrutamento
da clientela, na pré-seleção dos participantes do
Curso de Nivelamento, cuja metodologia adotada é
a de Tutoria à Distância, e na seleção dos candida
tos às bolsas de estudo que são concedidas pela DSE
- Deutsche Stiftung fuer Internationale Entwicklung
(Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacio
nal) para o Curso de Especialização em Planejamento
Urbano e Regional. O CNDU cobre todas as despesas
com o Curso por Tutoria à Distância, enquanto a
CAPES concede passagens internacionais e a DSE as
bolsas de estudo por 15 meses para os participantes
do Programa na Alemanha. No ano de 1981, dos 25 par
ticipantes do Curso por Tutoria à Distância foram
selecionados 14 para o Curso de 1982/1983. Em 1983
foram pré-selecionados 30 participantes para a pri
meira fase do Programa. Em 1983, além do Seminário
Final de Avaliação do Programa 1981/1982, com a
presença de representantes da Universidade Técnica
de Berlin, da DSE, do CNDU e da CAPES, contando ain
da com ex-bolsistas do Programa, foi concluída a
primeira etapa do Programa 1983/1984 (Curso de Ni
velamento de Conceitos sobre Planejamento Urbano);
foram também selecionados 14 participantes para a
segunda etapa.

- Subprograma de Bolsas do DAAD: a CAPES participa
ativamente na seleção dos candidatos às bolsas do
DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), con
vocando, entre especialistas de diferentes áreas do
conhecimento, os membros da Comissão de Seleção. O
Programa de Bolsas do DAAD, que destina um total
de 40 bolsas anuais para o Brasil, conta desde 1978
com o apoio financeiro da CAPES, através da con
cessão de passagens internacionais aos bolsistas sele
cionados. Além disso, foi estabelecida uma nova mo
dalidade, o Programa de Bolsas Sanduíche, que se
-

destina a doutorandos de universidades brasileiras que se encontrem na fase de conclusão dos créditos e da escolha do tema de tese a ser desenvolvido; estes doutorandos poderão desenvolver a pesquisa para elaboração da tese sob a co-orientação de um professor alemão, em universidade da República Federal da Alemanha, para o que recebem bolsa do DAAD durante o período de um ano ou no máximo dois; ao término de sua permanência, o doutorando volta à universidade de origem para concluir sua tese. Em 1983, a Comissão de Pré-Seleção de Candidatos às Bolsas do DAAD reuniu-se em Brasília, tendo selecionado 47 dos 75 candidatos.

Em 1984, essa Comissão reuniu-se em Brasília, sob os auspícios da CAPES, selecionando 44 dos 90 candidatos às bolsas do DAAD.

- Subprograma de Professores Alemães nas Universidades Brasileiras: iniciado em 1978, o Programa visa fortalecer os cursos de pós-graduação de universidades brasileiras que ainda se ressentem da carência de pessoal de alto nível. Inicialmente direcionado para as universidades do Nordeste, foram absorvidos 22 professores nos dois primeiros anos do Programa, que foi estendido a outras regiões do Brasil, com ênfase em áreas do conhecimento selecionadas pela CAPES. Em 1982 integraram o Programa 17 professores, e, em 1983, 18 professores alemães estiveram atuando em cursos de pós-graduação de instituições universitárias brasileiras.

Em 1984, 19 professores visitantes alemães estiveram atuando em 12 universidades brasileiras, em diversas áreas do conhecimento.

PROJETOS DO SISTEMA INTERMINISTERIAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTER
NACIONAL.

A tabela nº 16 descreve a situação atual dos projetos em execução, em 1985, por área, por fonte e por instituição de ensino superior executora.

Aproximadamente 50% desses projetos foram aprovados mediante parecer técnico de consultores da CAPES. Em todos os casos de prorrogação e em alguns casos de aprovação de projeto novo, ocorreu visita prévia de consultor da CAPES às instituições executoras ou proponentes.

Além desses projetos em execução, existem mais 10 que se encontram em fase de negociação junto à Alemanha, à França e o Japão. Aproximadamente 20 projetos não foram aceitos pela SUBIN/SEPLAN ou o país fornecedor, durante o período 1982/1985, apesar de haverem recebido parecer técnico favorável de consultores da CAPES.

Atualmente, a CAPES vem coordenado a preparação e apresentação dos projetos a terem início em 1986, apoiados pela Alemanha, França, Itália, Japão e OEA.

Nos dias 24 e 25 de outubro de 1984, foi promovida na CAPES a 1.^a reunião de avaliação com os coordenadores dos 39 projetos. Alguns coordenadores deixaram de comparecer por falta de recursos para a viagem. Para cinco deles a própria CAPES pagou a passagem. Dentre as contratações e conclusões da reunião, podem-se destacar: (1) Em 1984, a SUBIN apoiou apenas dois projetos; (2) o problema sério mais comum é gerado pela falta de recursos das instituições executoras para bancarem sozinhos a contrapartida nacional; (3) a falta de acompanhamento físico dos projetos pela CAPES propicia o surgimento de desvios e problemas vários; (4) a cooperação técnica internacional serve aos interesses das fontes fornecedoras; (5) a cooperação técnica internacional, em termos gerais, foi muito útil ao Brasil.

Uma das razões da falta de acompanhamento físico dos projetos prende-se à escassez de recursos da CAPES para tal fim. Por este motivo, a CCI deixou de cumprir em 1984 um programa de visitas planejado no início do ano.

ACORDO CAPES/COFECUB

O Acordo de Cooperação Universitária entre o Brasil e a França, foi estabelecido em 1978, com o objetivo de desenvolver projetos de cooperação acadêmica e técnico científico entre os dois países, envolvendo formação de recursos humanos e pesquisa conjunta no âmbito das melhores instituições de ensino.

Embora mantendo o componente tradicional de intercâmbio de pessoas, deverá ter um objetivo pré-definido em função de uma linha de pesquisa com perspectiva de continuidade de trabalho, com base na capacidade das instituições em desenvolvê-las.

A operacionalização do Acordo se dá através da vinda de professores franceses para atividades de ensino e pesquisa e do envio de docentes brasileiros, para realização de cursos de doutorado, pós-doutorado e especialização em instituições francesas.

O Acordo mantém atualmente 48 projetos envolvendo várias áreas de conhecimento, onerando a CAPES em aproximadamente Cr\$ 800.000.000.

Durante 1984 a execução do programa sofreu alguns percalços operacionais na França e no Brasil, tais como mudanças do Presidente do COFECUB (duas vezes), cancelamento de missões e mudança na programação.

Em novembro houve reunião de avaliação em Brasília, de cujas observações e conclusões se destacam algumas:

- Busca de formas eficientes de cooperação técnica de tal modo que o programa seja um exemplo a ser seguido.
- Os projetos podem tornar-se complementares e a instituição nacional buscará ser repassadora dos seus resultados a outras instituições nacionais.
- Maior esforço de auto-avaliação é necessário.
- Manutenção de nível satisfatório de recursos para os projetos.
- O nível desejado de especialização dos professores franceses varia de acordo com os projetos; alguns exigem elementos de alto nível, em missões de curta duração, sobretudo quanto já se desenvolvem atividades de pesquisa.
- Deverá haver preocupação de bem selecionar o tipo de cooperante pela análise das atividades que exercerá, e deverá estar vinculada aos resultados esperados.
- Os laboratórios brasileiros deverão buscar as condições necessárias para a continuidade das pesquisas.
- devem-se evitar as alterações na programação anual no decorrer do exercício, pois provocam problemas de natureza gerencial.

Também em novembro se realizou em Brasília, a reunião anual da comissão franco-brasileira; na ocasião foi definida a programação para 1985 e discutidos os mecanismos a serem utilizados nos necessários ajustamentos periódicos em busca do equilíbrio dos gastos bilaterais. Entre outros temas, destacam-se:

- Relato das visitas a algumas universidades cooperantes tendo boa a impressão da dinâmica dos projetos brasileiros.
- Interesse, em princípio, de coordenadores pela renovação dos projetos, com redimensionamento das atividades para temas centrais de pesquisa.
- Desigualdade na repartição de custos, entre as partes brasileira e francesa, sobretudo se considerarmos o enfoque da cooperação de caráter horizontal de interesse mútuo. Mas, por enquanto, os recursos auferidos pelo programa do lado brasileiro ainda justificam essa repartição desigual.
- Necessidade de melhorar o nível das comunicações oficiais em relação às atividades dos projetos.
- Necessidade de todas as missões serem previamente preparadas em comum acordo entre o coordenador francês e brasileiro do projeto.
- Fundamentalmente é a boa escolha dos coordenadores brasileiros e franceses e o seu bom relacionamento, a causa do sucesso dos projetos.

O programa CAPES/COFECUB vem se desenvolvendo tanto quantitativa quanto qualitativamente bem, tendo atingido um estágio de assimilação de procedimentos satisfatórios.

PROGRAMA DE ESTUDANTE-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO

Por este programa, encontram-se matriculados aproximadamente 6.000 alunos de países do 3º mundo. O aluno é selecionado pelo MRE, através das embaixadas brasileiras.

MATRÍCULAS DE CORTESIA

A CAPES solicita às instituições de ensino superior as vagas para os dependentes estrangeiros de missões oficiais no Brasil.

CONCESSÃO DE VISTO DE ENTRADA

A CAPES solicita ao MRE a concessão de visto de entrada para os professores visitantes.

Tabela 10 - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
PROGRAMA DE AUXÍLIOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 1978/1984

INSTITUIÇÕES	ELEMENTOS DE DESPESA	APLICADO 1978	APLICADO 1979	APLICADO 1980	APLICADO 1981	APLICADO 1982	APLICADO 1983	APLICADO 1984
FEDERAIS	Custeio	35.457.120	44.771.350	144.099.000	89.691.000	948.416.200	2.628.652.800	9.641.279.402
	Capital	33.502.348	12.568.700	26.446.000	26.195.250	56.554.550	320.028.200	1.798.736.000
ESTADUAIS	Custeio	7.709.475	5.948.475	19.770.000	23.925.000	63.520.000	544.037.100	2.685.835.600
	Capital	5.871.147	1.673.000	5.000.000	10.363.500	20.730.000	43.606.900	551.050.000
PARTICULARES	Custeio	22.782.675	35.138.760	97.622.000	52.352.000	294.353.000	830.520.850	2.056.631.424
	Capital	8.490.000	5.108.000	10.354.000	5.341.500	10.254.000	40.767.150	360.746.700
SOMA	Custeio	65.949.270	85.858.110	261.491.000	165.968.000	1.306.289.000	4.003.210.750	14.383.746.426
	Capital	47.863.495	19.349.000	41.800.000	41.900.250	87.538.550	404.402.250	2.710.532.700
TOTAL AUXÍLIOS		113.812.765	105.207.810	303.291.000	207.868.250	1.393.827.750	4.407.613.000	17.094.279.126
PADES		25.654.691	----	----	----	----	----	----
PICD II		10.000.000	----	----	----	----	----	----
TOTAL GERAL		149.467.456	105.207.810	303.291.000	207.868.250	1.393.827.750	4.407.613.000	17.094.279.126

Tabela 11 - AUXÍLIOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR PROGRAMAS
1979 A 1984

PROGRAMAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Auxílios Institucionais - CPG	46.015.800	60.916.000	47.011.000	157.859.000	257.161.000	358.313.600
Projeto Nordeste	2.526.000	13.500.000	-	-	-	-
Projeto Educação	7.987.350	-	-	-	-	-
Projeto Enfermagem	500.000	-	-	-	-	-
Projeto Tese	2.509.400	-	-	-	-	-
Quotas de Supervisão	16.322.260	27.899.000	-	-	-	-
PICD II	9.192.000	26.455.000	-	-	-	-
PADES	10.893.000	-	10.159.250	-	-	-
Projeto Biblioteca	5.362.000	9.180.000	-	-	-	-
PRODOCENTE	-	-	-	-	-	-
PRONUCLEAR	4.500.000	5.400.000	5.100.000	5.000.000	7.000.000	-
Reuniões Científicas	-	12.323.000	11.106.000	41.881.000	40.856.000	157.500.000
Programa Especial de Trein./PET	-	4.032.000	6.085.000	2.700.000	-	-
Estudos e Pesquisa	-	46.453.000	-	51.056.000	-	-
Tutoria/POSGRAD	-	10.045.700	5.433.000	44.900.000	-	-
Revistas Científicas	-	1.596.000	2.548.000	3.975.000	10.250.000	20.000.000
Bibliotecas/ COMUT	-	-	33.377.000	48.375.000	-	30.100.000
COFECUB	-	-	2.798.000	6.260.000	41.669.000	58.654.400
FULBRIGHT	-	-	-	10.119.000	-	-
Pró-Reitoria de Pesq. e Pós-Grad.	-	85.491.300	84.251.000	127.650.000	47.993.000	48.000.000
KELLOGG - Odontologia e PAPPS	-	-	-	12.592.750	115.700.000	362.528.502
Infra-estrutura - CPG	-	-	-	812.335.000	3.160.156.000	10.254.134.000
Consolidação CPG	-	-	-	69.125.000	646.090.000	3.182.101.000
PADCT	-	-	-	-	80.738.000	2.279.969.000
Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU	-	-	-	-	-	342.978.624
Sub-Total	105.207.810	303.291.000	207.969.250	1.393.827.750	4.407.613.000	17.094.279.126
Prof. Visitantes Estrangeiros	6.123.226	10.187.595	15.341.073	47.698.973	113.489.982	150.813.264
Total Geral	111.331.036	313.478.595	223.209.323	1.441.526.723	8.928.715.982	17.245.092.390

Tabela 12 - CAPES/Coordenadoria de Estudos e Fomento
Auxílio aos Cursos de Pós-Graduação, por
Programas, em 1984.

PROGRAMAS	VALOR	%
PARU	342.978.624,	2,01
Revistas	20.000.000,	0,12
PADCT	2.279.969.000,	13,34
COFECUB	58.654.400,	0,34
Reuniões Científicas	157.500.000,	0,92
CPG	358.313.600,	2,09
Kellogg/Odontologia e PAPPS	362.528.502,	2,12
COMUT	30.100.000,	0,18
Infra-estrutura	10.254.134.000,	59,98
Consolidação CPG	3.182.101.000,	18,62
PRPPG	48.000.000,	0,28
TOTAL	17.094.279,126,	100,0

Tabela 13 - AUXÍLIOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
POR ÁREAS DO CONHECIMENTO, EM 1984

ÁREAS	FOMENTO	INFRA-ESTRUTURA	CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
Ciências Exatas e da Terra	791.936.000,	2.083.551.473,	267.210.925,	3.142.698.398,
Ciências Biológicas	146.831.000,	1.209.927.643,	629.763.344,	1.986.521.987,
Engenharias	289.121.000,	1.275.832.933,	243.179.989,	1.808.133.922,
Ciências da Saúde	405.789.502,	1.657.585.729,	793.450.624,	2.856.825.855,
Ciências Agrárias	42.619.000,	1.666.592.650,	401.507.476,	2.110.719.126,
Ciências Sociais Aplicadas	99.378.000,	426.077.646,	245.423.610,	770.879.256,
Ciências Humanas	1.759.821.624,	705.683.322,	197.692.834,	2.663.197.780,
Linguística, Letras e Artes	11.343.000,	222.626.064,	23.479.703,	257.448.767,
PRPPG	48.000.000,	1.006.256.540,	380.392.495,	1.434.649.035,
Outros	63.205.000,	—	—	63.205.000,
TOTAL	3.658.044.126,	10.254.134.000,	3.182.101.000,	17.094.279.126,

T A B E L A 14

Números e valores dos projetos aprovados na Fase Teste do PADCT,
por Subprograma, 1984

(Em Cr\$ 1.000,00)

Subprograma	nº de Projetos	Valores			
		1984	1985	1986	TOTAL
BIOTECNOLOGIA	3	60.000	240.000	-	300.000
QUÍMICA E ENGENHARIA QUÍMICA	16	770.000	1.430.000	2.200.000	4.400.000
GEOCIÊNCIAS E TECNOLOGIA MI- NERAL	1	100.000	-	-	100.000
INFORMAÇÃO EM C & T	4	-	190.000	-	190.000
PLANEJAMENTO E GESTÃO EM C & T	7	84.436	588.674	-	673.110
TOTAL	31	1.014.436	2.448.674	2.200.000	5.663.610

Tabela 16 - PROJETOS DO SISTEMA INTERMINISTERIAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

ÁREA - IES		PAÍSES OU ORGANIZAÇÃO	CANADÁ	FRANÇA	GRÁ-BRETANHA	ITALIA	JAPÃO	KELLOG	OEA	PNUD	RFA	TOTAL		
												IES	ÁREA	
CIÊNCIAS	BIOLÓGICAS	UFBA			01							01	04	
		FUFPEL					01					01		
		UFRGS		01							01	02		
		TOTAL		01	01		01				01	04		
	EXATAS E DA TERRA	UFPA										01	01	04
		UFPR										01	01	
		UFMS										01	01	
		FUFV									01		01	
		TOTAL									01	03	04	
	HUMANAS	FEI			01								01	04
		FUB								01			01	
		CAPES									01		01	
UFMG									01			01		
TOTAL				01					02	01		04		
SOCIAIS APLICADAS	FUB	01							01			01	04	
	FUFPI	01										01		
	USP			01								01		
	TOTAL	02		01					01			04		
AGRÁRIAS	UFCE	01										01	13	
	FUFPI							01				01		
	UFPB				01							01		
	UFBA										01	01		
	UFMG										01	01		
	FUFV	01										01		
	UNICAMP	01									01	02		
	UFPR										01	01		
	UFRGS						01				01	02		
	UFMS										01	01		
	FIDENE			01								01		
TOTAL	03	01	01			01	01			06	13			
SAÚDE	UFMA										01	01	03	
	UFPE						01					01		
	UFRJ										01	01		
	TOTAL						01				02	03		
ENGENHARIAS	UFPB	01			01						02	04	06	
	EFEI			01								01		
	UNICAMP			01								01		
	TOTAL	01		02		01					02	06		
TOTAL GERAL POR PAÍS			06	06	02	01	03	01	03	02	14	38		

PROJETOS DE COLÉGIOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS EM EXECUÇÃO - ANO 1984

DENOMINAÇÃO DO PROJETO	PERÍODO	CURSO/NÍVEL	EXECUTORA	COOPERANTE	VALOR Cr\$ 1,00
-Educação-Produção: uma alternativa p/ o meio Rural	27-07-83/31-10-85	Educação/G	UFAL	UFV	62.700.000,
-Apoio à Engenharia Mecânica	30-12-83/31-12-84	Eng. Mecânica/G	UPF	UFSC	30.500.000,
-Desenvolvimento do Núcleo de Medic. Tropical	01-83/31-05-84	Medicina/G	UFPB	UFMG	8.500.000,
-Ensino de Medicina Veterinária	10-09-82/30-09-84	Med. Veterinária/G	UELMA	UFMG	22.700.000,
-Formação de Recursos Humanos em Floresta Tropical	03-83/12-85	Eng. Florestal/G	FCAP	UFPR/ESALQ	16.500.000,
-Estudo de Tecnologia Alimentar	08-83/31-01-86	Agronomia/G	UFOD	UFV	30.550.000,
-Ensino e Pesquisa em Economia Rural	05-10-83/31-01-86	Agronomia/G	UFOD	ESALQ	8.500.000,
-Necessidades Básicas: Grupos Característicos de Famílias Carentes	01-12-82/30-11-84	C. Sociais, Economia, Educação, Sociologia/Pesquisa	PUC/RJ	—	25.352.800,
-Ensino de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos.	08-83/31-07-84	Eng. Química/G Eng. Alimentos/G	UFSC/UCS	UNICAMP	86.000.000,
-Mapeamento Geológico do Distrito Federal	10-83/01-85	Geologia/G	UnB	IBRUM	3.500.000,
-Pesquisa geológica no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.	25-08-83/31-08-84	Geologia/G e Pesq.	UFOP	UFMG/UFRJ	5.800.000,
-Capacitação de docentes em Geociências	09-83/12-84	Geologia/G	UFAM	UFPA	13.300.000,
-Educação de Meteorologistas	09-08-83/31-10-85	Meteorologia/G	UFAL	UNESP	126.500.000,
-Desenvolvimento de pesquisa em Química Orgânica e Eletroquímica.	10-83/31-10-85	Química/G	UFAL	USP	108.500.000,
-Educação em Saúde na Prevenção de Parasitoses de Desnutrição	10-83/31-12-85	Saúde/Extensão	UFAL	UFMG	39.000.000,
-Estudos de introdução e adaptação da cultura da Jojoba na Paraíba	13-06-83/30-06-85	Prod. Vegetal/Mest.	UFPB/Paraíba	UFC	19.000.000,
-Programa de atualização do Curso de Medicina Veterinária	12-82/12-84	Med. Veter./G	UFPB/Patos	UFPA	14.500.000,
-Intercâmbio em Medicina Veterinária	14-11-83/31-12-85	Med. Veter. /G	UFOD	UFMG	68.500.000,
-Formação de Recursos Humanos em Florestas de áreas úmidas e semi-áridas no Nordeste	01-10-82/31-12-84	Eng. Florestal/G	UFRRPE	UFPR	46.500.000,
-Programa de atualização do Curso de Engenharia Florestal	10-82-/31-12-85	Eng. Florestal/G	UFPB/Patos	UFPR	17.400.000,
-Aparelhamento de laboratórios de Eletrônica e treinamento de pessoal		Engenharia/G	CEFET/RMSJ Del Rey	PUC/MG	13.600.000,
-Implementação do Ensino na área de Ciências Agrárias	30-12-80/30-06-84	Zootecnia/Agr. G	UE Maringá	ESAL	3.500.000,
-Expansão Comunitária na área Materno-Infant.	01-09-81/30-03-84	Med./Odont./Enf./ Ed. Fís./Nutr. G	UFPI	UFC	16.200.000,
-Tecnologia Alimentar	03-08-81/31-07-84	Nutrição/G	UFPI	UFPB	8.800.000,
-Estação Receptora Wefax	22-09-82/31-03-85	Meteorologia/Geogr/ Eng. Cart./G	UNESP	INPE	7.875.000,
-Fitotecnia e Solo	13-08-82/30-04/84	Agronomia/G	UFOD	ESALQ	19.000.000,
-Ensino de Microbiologia Agrícola, Fitopatologia, Entomologia Geral e Aplicada.	13-08-82/31-03-84	Agronomia/G	UFOD	ESALQ	17.000.000,
-Consolidação dos Cursos de Pós-Graduação do CAA/Paraíba (Produção Anim., Prod. Vegetal e de Manejo e Conservação de Solos)	14-12-83/31-12-85	P. Anim./ P. Veg. M. Cons. Solo - M	UFPB/Paraíba	UFPA/UFV	75.000.000,
-Consolidação do Curso de Química dos Produtos Naturais	14-12-83/14-12-85	Quím. Prod. Nat. Mest.	UFPB	UFRRS EPM	80.000.000,
-Ensino de Engenharia Química	27-08-84/31-08-85	Eng. Química/G	UCS	UNICAMP	95.000.000,
-Ensino de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos	27-08-84/31-08-85	Eng. Química/Eng. Alimentos/G	UFSC	UNICAMP	35.000.000,
			SUB-TOTAL		1.123.777.500,

*Laser de Hidrogênio	08-84/31-08-85	Física/Mest.	UFF	UNICAMP	11.000.000,
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	08-84/08-85		UFPA	UFF	35.500.000,
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	27-8-84/31-08-85		UFPA	IBUSP/IOUSP/	
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	27-08-84/31-08-85		UFC	UFC/UFF	32.000.000,
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	27-08-84/31-08-85		FURG	UFPA/UFF/IBUSP/	36.500.000,
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	27-08-84/31-08-85		FURG	FUMA/UFPA/FURG	
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	27-08-84/31-08-85		UFPE	IBUSP	7.000.000,
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	10-09-84/10-09-85		FUMA	FURG/IOUSP/UFPE	21.000.000,
*Capacitação de Recursos Humanos em Ciências do Mar	10-10-84/10-10-85		UFRGS	UFPE/IOUSP/UFF	43.500.000,
*Bioquímica e Hidrologia de Ecossistemas Florestais e Agroecossistemas	22-06-84/30-06/85	Biogeoquímica/ Mest	UFF	INPE	4.000.000,
*Evolução Geológica do Noroeste do Ceará	02-10-84/31-10-85	Geologia/G	UFRN	UFRJ	28.000.000,
Consolidação da Área de Desenvolvimento Regional no CAEN/UFC	09-10-84/31-10-85	Economia/	UFC	UFPA/UFC	61.449.450,
*Consolidação do Curso de Zootecnia da UFRN	26-11-84/31-12-85	Zootecnia/G	UFRN	USP	40.000.000,
*Estudos de População	19-12-84/31-12-85		UFMG	UFPA/UFPA	65.000.000,
** Estudo Soropidemiológico da Rubéola e Citomegalia em Maceió	27-08-84/31-08-85	Saúde/Pesq.	UFAL	UNICAMP	40.000.000,
** Persistência, absorção e degradação dos pesticidas em solos no Nordeste Brasileiro	19-12-84/31-13-85		UFPA	FTOCCRUZ	60.000.000,
			UFPA	IBUSP	45.000.000,
			SUB-TOTAL		105.000.000,
TOTAL GERAL :					1.653.227.250,

OBSERVAÇÕES:

* Projetos com início de execução em 1984 Sub-Total : 424.449.450

** Projetos recomendados pelo CNPq

5.1 PESQUISAS

Com o objetivo de melhor conhecer certos aspectos do mercado de trabalho e do destino profissional dos egressos de cursos de pós-graduação, dois projetos de pesquisa foram desenvolvidos diretamente pela CAPES.

" O QUE FAZEM NOSSOS MESTRES E DOUTORES?"

- A pesquisa consiste num levantamento sobre o destino profissional dos egressos de cursos de pós-graduação, procurando identificar as principais características pessoais e situações de trabalho do pesquisador brasileiro. O projeto foi desenvolvido por etapas, contemplando progressivamente as várias áreas do conhecimento. Como a metodologia escolhida exclui o uso de amostragem, em cada área foram entrevistados o maior número possível de pós-graduados.

- A primeira etapa do projeto, iniciada em 1981, abrangeu as áreas de Ciências Agrárias, Física e Economia: foram obtidos um total de 3.440 questionários respondidos. Uma análise preliminar dos dados foi publicada na revista Educação Agrícola Superior (V.1, N.0, Setembro de 1982), da ABEAS, sob o título "A Ciência e os Cientistas Agrários no Brasil".

- Em 1983 foi realizada a segunda fase de coleta de dados, desta vez com pós-graduados das profissões da Saúde (Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem), das profissões Técnicas (todas as Engenharias) e das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política). No total foram recolhidos cerca de 5.300 questionários.

- Na terceira etapa, realizada em 1984, obtiveram-se cerca de 3.800 respostas, relativas às áreas de Ciências Biológicas, Informática, Química, Geociências, Educação Física, Educação, Psicologia e Administração.

- O questionário de 58 itens foi respondido, ao todo, por mais de doze mil mestres e doutores que atuam sobretudo em universidades, centros de pesquisas e, em proporção menor, em órgãos do Governo, empresas estatais e privadas. Este número corresponde quase à metade dos pós-graduados existentes no Brasil, nas áreas pesquisadas.

- O quadro abaixo mostra a distribuição dos respondentes por área.

<u>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</u>	<u>1.313</u>	<u>ENGENHARIA</u>	<u>2.513</u>
Medicina	1.161	Antropologia	124
Farmácia	174	Sociologia	258
Enfermagem	277	Ciência Política	74
Odontologia	529	Economia	418
Educação Física	39	Educação	646
		Psicologia	295
<u>PROFISSÕES DA SAÚDE</u>	<u>2.180</u>	<u>CIÊNCIAS HUMANAS E</u>	
Física	689	<u>SOCIAIS</u>	<u>1.815</u>
Informática	174	Administração	284
Química	512	<u>PROFISSÕES SOCIAIS</u>	<u>284</u>
Geociências	245	<u>OUTRAS ÁREAS</u>	<u>396</u>
		<u>PROFISSÕES AGRO-</u>	
<u>CIÊNCIAS EXATAS</u>	<u>1.610</u>	<u>INDUSTRIAIS</u>	<u>2.132</u>

- Os dados estão gravados em fita magnética e estão disponíveis para consulta as listagens com as frequências das respostas obtidas por área.

- Os relatórios com a análise dos resultados de cada área estão em fase de elaboração.

13

CENTRO DE SONDA GEM CONJUNTURAL (CSC) : MERCADO DE TRABALHO
PARA EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR

- O Centro de Sondagem Conjuntural propõe-se a estudar, de forma sistemática, a evolução do mercado de trabalho para egressos do ensino superior. O objetivo principal da pesquisa é de conhecer a trajetória profissional dos egressos de vários cursos de ensino superior, em diferentes regiões do País e sua situação atual no mercado de trabalho.

- Sob a coordenação da CAPES e do INEP, integraram a primeira parte do projeto 23 universidades (13 federais, 2 estaduais e 8 particulares) e 26 instituições isoladas. Inicialmente foram pesquisados os profissionais de cinco áreas, Medicina, Biologia, Química, Administração e Pedagogia, formados nos anos de 1972, 1975, 1978 e 1980.

- As instituições integrantes o CSC, utilizando meios e estratégias diferentes, localizaram ao todo mais de 7.000 graduados (cerca de 40% do total de formados nos cursos e anos estudados) que responderam, em 1983, a um extenso questionário.

- Os dados foram gravados em fita magnética e estão arquivados no Núcleo de Informática da CAPES.

- As instituições analisaram separadamente os dados relativos a seus egressos e algumas já enviaram ao CSC o relatório com os resultados obtidos. Foi também elaborado um relatório global por uma equipe de pesquisadores sob a responsabilidade do CSC.

5.2 - SUBPROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA

Em 1983, a CAPES criou e iniciou a implementação do "Projeto para a Melhoria do Ensino de Ciências e Matemática" o qual veio a se incorporar ao PADCT, passando a constituir o Subprograma Educação para a Ciência.

Este Subprograma visa promover a melhoria do ensino das ciências e da matemática, prioritariamente nas escolas de 1º grau, através de:

- Capacitação dos recursos humanos em exercício nos sistemas de ensino;
- Aperfeiçoamento dos programas de formação de professores (licenciaturas e cursos de formação de magistério);
- Melhoria dos currículos, das metodologias de ensino, e dos materiais instrucionais e sua disseminação.

Além da melhoria do ensino em si, o Subprograma tem por objetivo ampliar o acesso da comunidade ao conhecimento científico e seu uso, através de atividades de divulgação e experimentação, abertas à escolares, professores e ao público.

Na fase de teste, realizada em 1983, foram aprovados 7 Projetos.

Em 1984 foram recebidas 146 propostas, com a seguinte distribuição regional:

- Norte	09
- Nordeste	44
- Sudeste	54
- Sul	34
- Centro Oeste	05
	<u>146</u>

13

Dessas propostas 44 foram aprovadas. Dos 7 projetos da fase de teste três tiveram continuidade. Há em 1985, 47 Projetos em andamento.

O tempo médio de duração dos projetos é de três anos.

Nesse período foram investidos Cr\$99.738 milhões em 1983, Cr\$ 1.244.795 bilhões em 1984 e Cr\$ 3.756.358 bilhões em 1985.

5.3 - PROJETO CAPES/ODONTOLOGIA: DOCÊNCIA E SERVIÇOS - ACORDO CAPES/ABENO/KELLOGG - 1980/1984.

O Projeto CAPES/Odontologia: Docência e Serviços, resultado de um Acordo firmado entre a CAPES, a ABENO e a Fundação W.K. KELLOGG; teve 4 anos de duração (1980/1984).

A finalidade deste Projeto foi criar condições para que as Escolas de Odontologia pudessem formar o Cirurgião-Dentista Clínico Geral voltado para os problemas de saúde bucal, com filosofia preventiva e social. Visou, também, estimular o aumento da cobertura de atendimento odontológico às populações de baixo Índice sócio-econômico.

Entre os objetivos específicos do Projeto destacaram-se os seguintes: a) implementar a introdução de mudanças curriculares nas Escolas de Odontologia, com base no novo Currículo Mínimo; b) estimular a simplificação de técnicas, procedimentos e equipamento a fim de contribuir para o aumento da produtividade e a diminuição dos custos; c) estimular a preparação de pessoal auxiliar e a redistribuição de funções; d) promover a racionalização do processo formativo dos recursos humanos de odontologia de acordo com as tarefas realizadas na prática de trabalhos odontológicos; e) promover a integração do ensino e da assistência entre as instituições formadoras e as de serviços.

Inicialmente o Acordo foi firmado por três anos, envolvendo 16 Escolas de Odontologia do país. Terminados os três anos de duração, ele foi prorrogado por mais um ano com o objetivo de oferecer apoio às Escolas que o integravam para que pudessem consolidar as ações desencadeadas pelo Projeto.

ESTRATÉGIAS

Nos três anos iniciais do Acordo, foi oferecido apoio financeiro a Projetos Específicos executados por 16 Escolas de Odontologia. No quarto ano do Acordo, apenas as 9 Escolas de Odontologia que apresentaram as melhores propostas de continuidade de seus projetos, receberam apoio financeiro. As outras 7 Escolas continuaram recebendo apoio técnico e bolsas para participar de Seminários de Visitas a diversas instituições brasileiras.

Além de financiar o desenvolvimento de atividades inovadoras, o Projeto CAPES/Odontologia: Docência e Serviço utilizou diferentes estratégias com vistas a estimular o corpo docente a se envolver nos projetos. Assessorias, Bolsas de Estudo para participação em Seminários e Cursos de curta duração no Brasil e no Exterior, e divulgação do INFORME CAPES/ABENO/KELLOGG, foram algumas das estratégias utilizadas.

No que se refere às Assessorias, havia uma relação de oito consultores do Acordo à disposição das 16 Escolas de Odontologia, para auxiliá-las na execução de seus projetos específicos. Havia, ainda, 17 consultores para prestar assessoria as demais Escolas de Odontologia do país na implantação do novo Currículo Mínimo. As Escolas de Odontologia receberam um total de 60 consultorias durante os quatro anos de execução do Projeto.

BENEFÍCIOS DO ACORDO

Nesse período, foram concedidas 106 bolsas de estudo para professores das 16 Escolas que integraram o Acordo. Dessas, 58 propiciaram a participação em "Seminários de Visitas no Brasil", que constaram de um Curso de Didática Especial para Odontologia, visitas a vários centros que desenvolvem experiências inovadoras em Ensino de Odontologia, e de um Seminário sobre simplificação em odontologia, ministrado pelo Professor Benjamín Gómez-Herrera, Diretor do Centro de Estudios de Recursos Odontologicos para el Niño - CERON, da Venezuela.

O Acordo concedeu, também 33 bolsas de estudos para a realização de visitas de observação às experiências inovadoras desenvolvidas em várias instituições do Peru, México, Colombia, Venezuela e Estados Unidos. Além disso, 13 professores receberam bolsas para freqüentar cursos ministrados no Centro Universitário de Tecnologia Educacional para la Salud - CEUTES, no México, e outros dois professores para freqüentar o VII Curto Latino-Americano de Odontopediatria Social e III Curso Latino-Americano de Periodontia de Illinois.

No que se refere ainda ao aperfeiçoamento do corpo docente, foram ministrados cursos de Metodologia do Ensino de Odontologia (40 a 80 horas) para professores de 12 Escolas de Odontologia.

Oito edições do INFORME CAPES/ABENO/KELLOGG, com uma tiragem de 8.000 exemplares cada uma, foram distribuídas para todas as Escolas de Odontologia do país, divulgando projetos e artigos cuja ênfase foi a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem nas Escolas de Odontologia.

A avaliação dos Projetos Específicos se deu através de três estratégias: visita periódica dos consultores às Escolas de Odontologia a fim de verificar se as metas propostas estavam sendo atingidas; Reunião Anual de Coordenadores de Projetos Espe

cíficos e Auto-Avaliação feita através de relatórios periódicos enviados à Coordenação Executiva do Acordo.

QUATRO ANOS DE MUDANÇAS E INOVAÇÕES

Embora o conceito de "inovação" varie de escola para escola, dependendo do estágio em que se encontra, constatou-se que: 11 das 16 envolvidas no Projeto introduziram mudanças em seu currículo e nas estratégias de ensino; 14 passaram a integrar a docência às agências de serviço; 7 prepararam, através de cursos ou em serviço, pessoal técnico e auxiliar, 13 fizeram trabalho de prevenção através de palestras, demonstrações e aplicações tópicas de flúor em crianças de 1º Grau dos bairros da periferia urbana ou zona rural; 12 procuraram trabalhar com a simplificação de equipamento e de instrumental; 15 Escolas enfatizaram a simplificação de procedimentos e técnicas clínicas nos seus cursos ou nas clínicas extramurais; 7 desenvolveram trabalho multidisciplinar. Outras classes de inovações tiveram pouca ênfase e não se constituíram em prioridades do Projeto. Tratam-se de produção de Material Didático. (2 Escolas); e atividades desenvolvidas em administração (1 Escola).

Daqui há alguns anos será possível verificar o impacto que as estratégias utilizadas tiveram sobre a filosofia e o currículo das Escolas. Isto poderá ser feito através da avaliação do novo tipo de aluno formado pelas 16 Escolas que integraram o Acordo.

Durante os quatro anos de execução do Projeto CAPES/Odontologia: Docência e Serviços foram investidos recursos no valor de Cr\$ 2.249.375.576 (dois bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, rezentos e setenta e cinco mil e quinhentos e setenta e seis cruzeiros).

5.4 - "PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE"-
PAPPS -

O "Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde" PAPPES é o resultado de um Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura, através da CAPES, a Fundação W.K. KELLOGG e algumas Universidades Brasileiras. O Acordo recebe o apoio de todas as Associações de Ensino da Área de Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Bioquímica, Saúde Coletiva).

É um Programa marcadamente interprofissional e interinstitucional que visa a criação de um consórcio entre as instituições das diferentes regiões do Brasil a fim de se promover o treinamento de docentes e profissionais dos serviços de saúde, e de se estimular, através da integração das atividades docente-assistenciais a procura de novos modelos de prestação de serviços a nível local e regional.

Entre os diversos objetivos do PAPPS pretende-se, através de um trabalho multiprofissional, integrar o ensino com a rede de serviços, procurando atender as necessidades e características de cada região. As mudanças curriculares surgirão como decorrência de um ensino onde a prática e a teoria caminham juntas e vão naturalmente se adequando aos problemas dos diferentes modelos de prestação de serviços a serem procurados.

Para operacionalizar a ação do PAPPS, foi criado, em março de 1983, um consórcio de sete Centros Regionais, implantados nas seguintes universidades: UFRGS, FUEL, UFC, UNICAMP, UFRJ, UFPe e UFPA.

A aceitação do Programa foi muito grande. Os sete Centros Regionais começaram a se mostrar impossibilitados de envolver em suas atividades todas as Instituições localizadas em sua área de abrangência geográfica. Em decorrência disso, a Coordenação Geral do PAPPS passou a receber muitas solicitações de

instituições de ensino, desejosas de se integrarem de forma efetiva ao Programa. Sentiu-se, então, a necessidade de se criar outros três Centros Regionais nos Estados de Minas Gerais, Maranhão e Mato Grosso do Sul, o que ocorreu em fins de 1984.

Os Centros têm procurado formas adequadas de integração docente-assistencial e uma nova sistemática de preparação de alunos e estratégias de treinamento de professores da área de serviço, de maneira a possibilitar maior eficiência e eficácia do processo ensino-aprendizagem e dos serviços de saúde.

Semestralmente, são editados "Calendários de Cursos e Seminários" promovidos pelos diversos Centros Regionais os quais são divulgados entre as instituições de ensino e de serviços do país. A edição desses calendários está a cargo do NUTES (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, da UFRJ).

O NUTES editou também um "Catálogo de Multimeios" contendo informações sobre materiais instrucionais existentes no país, na área da saúde, levantados pelos diversos Centros Regionais. Um exemplar desses materiais instrucionais foi encaminhado ao NUTES e deverá compor a Biblioteca de Multimeios, implantada naquele núcleo.

Coerente com seus objetivos de promover o intercâmbio interinstitucional de experiências e o desenvolvimento de um trabalho de cooperação que evite a duplicação de ações e de recursos para o mesmo fim, o PAPPS está colaborando as "Ações Integradas da Saúde", que envolve os Ministérios da Previdência e Assistência Social, Saúde e Educação e Cultura. Os Centros Regionais localizados nas Universidades Federais do Ceará e de Minas Gerais já oficializaram as formas de cooperação.

Vale ressaltar, também, que o PAPPS tem apoiado, técnica e financeiramente, o Projeto de Avaliação dos Cursos de Graduação da Área da Saúde das Instituições do Norte e do Nordeste, sob a responsabilidade dos Pró-Reitores de Graduação dessas duas regiões. A elaboração do Modelo de Avaliação e de seus respectivos instrumentos está sendo feita por consultores do Programa.

Com a finalidade de apoiar os diversos Centros Regionais no desenvolvimento de suas atividades, a Coordenação Geral do PAPPS (a cargo da CAPES) oferece uma série de serviços como promoção de Reuniões, consultorias, assessoria para seleção e instalação de equipamento de tecnologia instrucional, tradução dos módulos TIPS (Teaching Improvement Project System for Health Care Educators), da Universidade de Kentucky, e edição do INFORME PAPPS.

Nos dois primeiros anos de execução do Programa(1983/1984), foram investidos recursos da ordem de Cr\$ 2.461.974.929. (Dois bilhões, quatrocentos e sessenta e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil e novecentos e vinte e nove cruzeiros), dos quais Cr\$1.479.167.478 (Hum bilhão, quatrocentos e setenta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e oito cruzeiros) em 1983 e Cr\$ 902.887.451 (novecentos e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros) em 1984.

5.5 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA GRUPO GESTOR DA PESQUISA

Resultado de vários questionamentos - tanto a nível acadêmico - e em consonância com o Grupo de Trabalho criado pela Ministra da Educação e Cultura, o Conselho Federal de Educação constituiu uma Comissão de Coordenação com a finalidade de avaliar a Reforma Universitária e propor alternativas para a educação superior.

O objetivo desse esforço comum de reflexão é formular uma avaliação - completa em sua abrangência e profunda em suas implicações - das condições em que se realizam as atividades de produção e disseminação do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, visando identificar alternativas concretas de transformação dessas condições.

Para viabilizar o desejável envolvimento da comunidade acadêmica e de outros setores, foi concebido um Programa de Avaliação da Reforma Universitária com o apoio financeiro da FINP, CAPES, SESu e CNPq e Implementação a cargo da CAPES, que para tal criou o Grupo Gestor da Pesquisa com a atribuição de coordenar e integrar os resultados dos estudos e debates propostos.

A execução do Programa foi estruturada em quatro etapas, interdependentes e com várias interseções, no intuito de possibilitar, em curto espaço de tempo, a conclusão de um empreendimento de tal magnitude. Na primeira etapa, em fase de conclusão, pretendeu-se realizar o levantamento e a análise da realidade da educação superior brasileira, incluindo uma avaliação da implantação e dos efeitos da Lei nº 5.540/68.

Nesta etapa foram executados dois tipos de estudo. O primeiro, chamado "ESTUDO-BASE" envolveu 32 IES de todo o País e permitirá uma visão das reais condições nas quais se realizam as atividades de produção e disseminação do conhecimento do

sistema de educação superior. Foram constituídas equipes locais em cada IES da amostra e elaborados com a colaboração destas, questionários para professores e alunos e roteiros de entrevistas de dirigentes num total de 10 (dez). Foram colhidos dados estatísticos e feita uma análise histórica em cada IES. Estes dados foram analisados, primeiramente, pelas equipes locais e deverão agora ser analisados a nível de Brasil pelo Grupo Gestor da Pesquisa. Uma série de estudos específicos (23 ao todo) sobre temas importantes estão em fase de conclusão. Dentre estes estudos, incluem-se estudos de caso, análise de dados secundários, como por exemplo: o financiamento do Ensino Superior, e pesquisas sobre o "estado da arte" do conhecimento sobre determinado tema, como por exemplo: o vestibular.

Na segunda etapa, far-se-á uma apreciação dos achados da etapa anterior, agrupando as questões em temas de maior abrangência e incorporando alternativas e sugestões.

Os documentos produzidos na segunda etapa serão debatidos em âmbito nacional: nas Instituições de Ensino superior, nas associações e grupos envolvidos e na sociedade em geral. Os subsídios advindos desses debates formarão o produto da terceira etapa.

Por fim, na quarta e última etapa, a Comissão de Coordenação e o Grupo de Trabalho, com a colaboração de especialistas de sua escolha e a assessoria do Grupo Gestor da Pesquisa, com solidariedade a avaliação da Reforma Universitária e definirão propostas para o desenvolvimento do sistema e educação superior que serão encaminhadas ao Conselho Federal de Educação.

Espera-se neste semestre iniciar os debates referentes a etapa três do Programa.

5.6 - PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

As diretrizes de operação do COMUT para o ano de 1984 foram traçadas pelo "Plano Básico de Atividades para 1984" cujos resultados apresentaremos a seguir.

DIVULGAÇÃO

Com o objetivo de divulgar o Programa a entidades e/ou profissionais das mais diversas áreas, o COMUT atuou da seguinte forma:

- a) Inclusão de folhetos em pastas de participantes de Congressos, Seminários e/ou reuniões técnicas.
- b) Palestras em Congressos a nível Nacional.
- c) Anúncios em Revistas Científicas.
- d) Elaboração de Áudio-Visual do COMUT, feito pela EMBRAPA.
- e) Cursos de Comutação Bibliográfica ministrados no Chile e no Maranhão.

RECURSOS PARA CORREIO

Foram enviados Cr\$ 3.212.600 em selos postais para todas as Bibliotecas-Base do COMUT, para que fossem utilizados no envio das fotocópias atendidas.

EXPANSÃO DO COMUT

Durante o ano de 1984 o COMUT deu prosseguimento a seu Programa de Expansão discutindo a integração da BIREME ao COMUT.

A integração parcial da BIREME ao COMUT teve início efetivo a partir de 01.02.85.

Quanto ao COMUTEX, ficou decidido que os estudos para seu desenvolvimento seriam feitos no ano de 1985 para implantação em 1986.

TREINAMENTO

O treinamento desenvolvido pela Secretaria Executiva foi feito em forma de reuniões com as Bibliotecas do COMUT, nas

diversas capitais brasileiras, nos meses de julho e agosto de 1984.

DOAÇÃO DE LEITORAS

O programa de doação de leitoras para 1984, forneceu a 86 Bibliotecas leitoras de microfichas que as permitirão utilizar a Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos - CCN.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO DO COMUT

Os dados a seguir apontam o atendimento de pedidos feitos através do COMUT no ano de 1984. Os dados são relativos ao período de janeiro a novembro em virtude do mês de Dezembro estar sendo processado.

Nº DE PEDIDOS ATENDIDOS - 40.092

Nº DE FOTOCÓPIAS - 581.294